

Edições



Bandeira Vermelha

3º Congresso do Partido Comunista Português (Reconstruído)



Crítica do 3º Congresso ao Comité Central e autocrítica do Comité Central

3º Congresso do PCP(R)
Partido Comunista Português (Reconstruído)

**A crítica
do 3º Congresso
ao CC
e a autocrítica do CC
ao 3º Congresso,
garantia do novo curso
bolchevique**

Junho de 1979

Ao considerar essencial que o balanço das actividades partidárias entre o 2º e o 3º Congressos tenha por fio condutor a autocrítica profunda e aberta do Comité Central, consideramos de primordial importância centrar as suas preocupações no principal e não no acessório, nas questões determinantes e não nos detalhes e questionáveis sem conteúdo ideológico, nos métodos leninistas de confronto e luta de ideias e não nos consensos, na troca de injúrias, intrigas, conflitos pessoais, calúnias e mexericos, que só provocam um ambiente desorientador e dão origem a uma actividade desagregadora. Toda a luta de ideias deve clarificar e demarcar as posições em confronto, separando o certo do errado, as concepções proletárias revolucionárias das concepções estranhas ao marxismo-leninismo, pois só assim qualquer debate permitirá compreender o que está realmente em jogo, reforçará a coesão das

fileiras partidárias, respeitará os princípios e normas estatutárias e se traduzirá num reforço da actividade revolucionária de vanguarda do nosso Partido entre as massas operárias e trabalhadoras.

Ao proceder ao balanço crítico da actividade desenvolvida desde o 2º Congresso em Março de 77, o 3º Congresso constata que o Partido alcançou sucessos e cometeu erros, defendeu posições justas perante diversos problemas mas diante de outros assumiu posições pouco claras e mesmo erradas. O Congresso considera no entanto que o traço geral da actividade do Comité Central foi essencialmente negativo, provocando reflexos nefastos no conjunto da actividade partidária. O Partido estagnou na sua implantação, diminuiu progressivamente no entusiasmo e vigor revolucionários, viu substancialmente reduzida a sua actividade política no seio das amplas massas, perdendo iniciativa e margem de manobra. Analisando de um ponto de vista profundamente crítico o papel que coube ao Comité Central ao longo deste período, o Congresso considera-o o principal responsável pelos erros e insucessos verificados e pelas actuais dificuldades na resolução dos problemas partidários. O Congresso rejeita como erradas e simplistas e de fuga completa à autocritica do Comité Central as visões que pretendem atribuir o grosso das dificuldades actuais ao grupo fraccionista expulso do Partido.

O processo de revolucionarização e proletarização e o 2º Congresso do Partido haviam-nos dotado de uma linha proletária revolucionária marxista-leninista, de uma política de edificação do Partido para a revolução e o socialismo e tinham integrado definitivamente o nosso Partido no movimento comunista internacional. Daquele processo saiu um Comité Central que, desde que se soubesse apoiar no Partido, reunia condições para o conduzir na via da revolução e do socialismo.

A acção política do Partido entre as massas foi no entanto dirigida por uma amálgama de orientações justas do 2º Congresso com as mais variadas concepções sectárias, espontaneístas, direitistas e esquerdistas. O seu traço marcante é que só parcialmente respeitou as ideias básicas da linha traçada na Resolução Política aprovada.

O 3º Congresso acentua que o Comité Central não conseguiu assegurar a confiança que o colectivo partidário nele depositou ao elegê-lo no 2º Congresso. A actividade do Comité Central no processo de aplicação da linha foi predominantemente marcada por incompreensões sectárias e pelo simplismo esquerdizante. Estas incompreensões impediram durante longo tempo o Comité Central de tomar o pulso real do movimento de massas, dificultaram o seu desdobramento em alternativas tácticas conjunturais e em tácticas sectoriais e impediram o enriquecimento da linha política do Partido.

Na actividade prática diária do Partido estas concepções levaram ao surgimento, lado a lado, de manifestações sectárias e esquerdistas, e de manifestações direitistas, tendo estas, posteriormente, começado a ganhar progressivo terreno, devido aos efeitos provocados nas nossas fileiras pelo recuo do movimento popular e pela pressão do revisionismo cunhalista, mas

sobretudo devido à ausência de direcção política firme por parte do Comité Central. Verificaram-se assim tendências crescentes e preocupantes para rebaixar as bandeiras políticas revolucionárias do Partido, apagar a intervenção aberta e autónoma do PCP(R) e da UDP e para esbater perigosamente as fronteiras ideológicas e políticas com o revisionismo de Cunhal.

A ausência durante bastante tempo de debate ideológico e político no seio do Comité Central, a coexistência de posições contrárias acerca de problemas políticos da máxima importância, a busca da sua superação através dos "consensos" em vez do debate aberto, da clarificação e demarcação de posições, da crítica e da autocritica, permitiram o desenvolvimento de uma tendência oportunista de direita articulada em torno de um corpo de propostas elaboradas. Esta tendência, procurando apoiar-se internamente nas manifestações direitistas que vinham surgindo, evoluiu posteriormente para uma corrente fraccionista de direita, cujos principais chefes foram desmascarados e expulsos do Partido.

Os erros cometidos pelo Comité Central na direcção do trabalho do Partido entre as massas, o abafamento da luta ideológica, a ausência até à 8ª Reunião Plenária do Comité Central de métodos leninistas de discussão, a resistência do Comité Central ao reconhecimento e à autocritica dos seus erros, provocaram a desmoralização de muitos militantes fazendo-os vacilar e tornando-os vulneráveis aos métodos de luta sem princípios seguidos pelos fraccionistas e à sua demagogia, levando alguns a abandonar as fileiras partidárias.

Ao longo deste período e apesar de todos os erros cometidos pelo Comité Central, o 3º Congresso acentua que o PCP(R) constituiu um polo de referência para os sectores revolucionários do proletariado e do povo. Sempre que aplicou a linha aprovada, o PCP(R) surgiu na cena política como força claramente demarcada das forças burguesas e revisionistas, conseguindo em diversas circunstâncias tornar-se o polo aglutinador de vastos sectores operários, populares e democráticos. No grande movimento de solidariedade aos camaradas do PC do Brasil, em acções antifascistas de grande repercussão nacional, na luta aberta contra os sucessivos governos, em diversos protestos e lutas populares, em realizações locais, em importantes lutas operárias e sindicais, no levantamento do movimento democrático camponês, o Partido obteve significativos êxitos cuja importância não poderá ser nunca menosprezada.

O Congresso constata que na luta ideológica interna, após a ruptura com os métodos sectários e intolerantes seguidos até à 8ª Reunião Plenária, foram progressivamente sendo instalados no seio do Comité Central métodos leninistas de luta ideológica cujos reflexos são hoje bem visíveis dentro do Partido. Os ricos debates, em ambiente franco e aberto, travados no processo da 1ª Conferência Nacional e no processo do 3º Congresso, a ampla democracia em que se desenrolaram, permitiram confrontar a linha traçada no 2º Congresso com a nossa prática, contribuindo para que pela primeira vez

fossem dados passos sérios no sentido da sua assimilação, do seu enriquecimento e da detecção das suas insuficiências e erros. Possibilitaram, enfim, detectar os erros existentes na actividade do Comité Central e do colectivo partidário, determinar as causas que estiveram na sua origem, clarificar e demarcar as posições em debate, isolando as posições oportunistas de direita e armando o Partido para as complexas e difíceis tarefas que se lhe deparam por diante.

Estes aspectos positivos da actividade partidária confirmam que a linha traçada no 2º Congresso é no seu fundamental justa e servem de pontos de referência e apoio para a correcção dos erros e para o relançar com vigor redobrado do Partido na actividade de massas. Eles constituem a garantia segura de que o Partido reúne todas as condições para dar passos firmes na via do 25 de Abril do povo e da democracia popular rumo ao socialismo.

I FALHAS E ERROS NA ACTIVIDADE DO COMITÉ CENTRAL

O 3º Congresso acentua que desde as eleições presidenciais de 1976, o Comité Central foi-se confrontando com numerosas exigências da classe operária e do movimento popular em Portugal e com problemas que se colocam ao desenvolvimento da revolução proletária socialista a nível mundial. A situação que hoje se vive a nível nacional e mundial é muito complexa. Amadurecem situações revolucionárias em diversos países, enquanto noutros este processo está em franco desenvolvimento. O mundo encaminha-se no sentido de grandes explosões revolucionárias. As condições subjectivas em todo o mundo estão bastante atrasadas em relação às condições objectivas. Esta situação coloca grandes responsabilidades sobre os ombros dos jovens partidos marxistas-leninistas, exige deles esforços centuplicados no sentido de se colocarem à altura da sua responsabilidade histórica como vanguarda dos seus respectivos países. No nosso país, em constante instabilidade e alvo de repentinas e profundas mudanças, tais exigências e responsabilidades colocam-se com força redobrada. Só estreitamente ligado ao Partido, apoiando-se no saber e experiência colectivos, sentindo através do colectivo partidário o pulsar do movimento de massas, só através do internacionalismo proletário militante, se torna possível ao Comité Central encontrar as respostas adequadas que permitam a superação das numerosas dificuldades com que nos defrontamos. Julgando-se possuidor do saber colectivo, o Comité Central não soube apoiar-se, como seria indispensável, no conjunto do Partido, caindo alguns dos seus membros em posições de auto-suficiência e mesmo arrogância face ao colectivo partidário, perdendo assim progressivamente sensibilidade política para com os problemas que se colocam ao proletariado e ao povo português. A ausência de respostas políticas às exigências do movimento de massas, as respostas simplistas a numerosos problemas, a fuga a abordar seriamente as tarefas que se lhe colocavam e a luta para se elevar ao nível dessas tarefas, conduziram o Comité Central a uma perda progressiva de confiança em si mesmo, na linha traçada e nas possibilidades do nosso Partido

actuar e se afirmar como força revolucionária de vanguarda reconhecida pelas largas massas. O Comité Central encerrou-se numa actividade virada para a resposta aos problemas mais fáceis e para acções dirigidas para a nossa orla, caindo no praticismo e no espontaneísmo, agravados por uma tradição sectária.

Ao amontoar de problemas e de erros resultantes da impotência do Comité Central para se elevar ao nível das exigências que se colocavam ao avanço da revolução no nosso país, vieram associar-se factores de ordem objectiva resultantes da pressão exercida sobre as nossas fileiras pelo recuo do movimento popular pós-25 de Novembro e pelo revisionismo. O avanço da burguesia punha na ordem do dia novas formas de luta de carácter mais recuado, tornava mais difícil a obtenção de vitórias, provocava vacilações e desmoralização no movimento de massas, habituado a vitórias fáceis. O partido revisionista desencadeou uma campanha organizada e sistemática contra o chamado "esquerdismo", com o objectivo de isolar o nosso Partido e as forças revolucionárias perante as massas. Estas condições tiveram reflexos no Comité Central e no Partido, onde elementos vacilantes passaram a teorizar uma táctica política de adaptação ao movimento espontâneo, de abandono das bandeiras revolucionárias de luta e de conciliação com os revisionistas.

Não sendo compreendidos pelo Comité Central como fenómenos altamente negativos que se acumulavam com o passar do tempo, todos estes factores conjugados originaram o surgimento de uma crise, a qual se foi progressivamente agravando.

Esta crise de direcção foi muito peculiar pois teve como **núcleo fundamental** a projecção no Comité Central das exigências do colectivo partidário de uma direcção política e ideológica firme e hábil, capaz de responder em tempo oportuno às exigências do movimento operário e popular e da situação política nacional em curso. Esta crise foi particularmente agravada pela existência no seio do Comité Central de seis factores negativos:

Primeiro — Falta de homogeneização das ideias e das práticas do Comité Central.

Predominou no Comité Central um empirismo primário e um praticismo de vistas curtas onde se entrelaçavam simultaneamente o sectarismo e o espontaneísmo, a superficialidade e o simplismo. Este ambiente facilitou que se instalasse no seio do Comité Central uma amálgama de ideias justas do 2º Congresso com diversas concepções sectárias, espontaneístas, esquerdizantes e direitistas que passaram a orientar a actividade do Partido. Este facto deixou caminho aberto à proliferação das mais diversas concepções e actividades não uniformes, impossibilitando na prática a unificação do pensamento, da vontade e da acção do Comité Central e do conjunto do Partido, provocando reflexos negativos, inclusive nas organizações periféricas. Desta experiência negativa é preciso extrair a lição de que no Comité Central e no

Comité Executivo deve haver a permanente preocupação de lutar pela unificação do pensamento e da vontade do colectivo dirigente com base nos princípios marxistas-leninistas e na linha revolucionária do Partido, superando-se definitivamente a tendência para emitir opiniões individualistas e para se servir destas como guia para a actividade em que se é responsável.

Segundo — Ausência de um efectivo trabalho colectivo de direcção com a prática permanente da crítica e autocrítica.

Transformou-se em prática do trabalho de direcção do Comité Central a falta de preocupação deste em desenvolver um trabalho de elaboração, discussão e decisão colectivas dos problemas, de debates e luta de opiniões exaustivos e não apressados, apoiando-se no fundamental e não no secundário, num ambiente responsável, franco e fraternal, com espírito crítico e autocrítico, onde predominasse sempre não a intolância e a impaciência ou os desejos de afirmação individual de um ou de uns poucos, mas a firme disposição de todos de confrontar ideias e práticas e conseguir que fossem perfeitamente clarificadas e demarcadas com consciência e convicção as que eram justas das que eram erradas, a fim de chegar não a consensos, mas sim à polarização de uma real unidade de pensamento e vontade com base nos princípios. Esta prática não permitiu que se assegurasse permanentemente no Comité Central posições críticas e autocríticas, responsáveis e fraternais com base num comportamento individual e colectivo, de um amadurecido e reflectido espírito proletário revolucionário, o que provocou muitas vezes que alguns camaradas descambassem para atitudes de imaturidade e arrogância individualistas.

O Comité Central, o Comité Executivo e o Secretariado enfermaram de falta de coerência na sua actividade, tanto no plano político e ideológico, como no organizativo e no estilo de trabalho de direcção. O Comité Executivo foi o órgão que se apresentou com um balanço mais negativo em todos os aspectos da actividade partidária. Substituindo o Comité Central na direcção partidária, não o chamando a um debate aprofundado sobre os problemas existentes, sem qualquer papel dirigente nas reuniões do Comité Central, desprezando os problemas políticos e partidários, deixando-se arrastar num amontoado de tarefas práticas, o Comité Executivo tornou-se o principal responsável pela política e prática que o Comité Central e o Partido seguiram. Não havendo um pensamento único no Comité Central e no Comité Executivo, instalou-se a tendência para cada um interpretar as decisões e executar as tarefas nos organismos partidários como muito bem entendia. Substituiu-se a luta pela aplicação, desdobramento e controlo das resoluções aprovadas, por planos quilométricos e burocráticos de tarefas, a maioria das quais nunca era cumprida. O controlo de execução, a prática permanente de crítica e autocrítica, foram substituídos pelo clima conciliatório e liberal, adormecendo a vigilância revolucionária de classe. O Comité Executivo foi-se afastando do Partido e do Comité Central, o que lhe retirou força e autori-

dade, levando-o a atolar-se na conciliação com os ataques que eram movidos pelos oportunistas. A instabilidade pequeno-burguesa dominou portanto a acção do Comité Executivo.

Devendo ser o órgão de direcção operativa diária da actividade partidária, o Secretariado nunca o foi de facto. Com um funcionamento irregular e anárquico, foi antes o centro federativo onde se resolviam problemas correntes da actividade de cada frente, sem nunca assumir um papel político de acompanhamento permanente do cumprimento das decisões do Comité Central e do Comité Executivo.

Para esta prática do Comité Executivo e do Secretariado contribuiu muito a falta de vigilância do Comité Central, que foi aceitando o seu papel de subalternização sem o colocar frontalmente em causa. Hoje, mais do que nunca, esta situação precisa ser radicalmente alterada.

Terceiro — Subestimação da exigência e importância do PCP(R) como partido político para a acção revolucionária de massas, reflexo da mentalidade de pequeno partido.

O Comité Central tendeu a andar a reboque dos acontecimentos, intervindo nas batalhas mais fáceis e desenvolvendo acções predominantemente viradas para a sua orla. Esta concepção tacaña do papel de vanguarda do Partido conduz a não concentrar os esforços do Partido nas batalhas fundamentais, a deixar a iniciativa no seio das massas aos revisionistas. Levou-o a refugiar-se no espontâneo, a andar a reboque dos acontecimentos, não se empenhando em definir tácticas específicas com vistas a fazer com que as massas, a partir dos seus actuais sentimentos e aspirações, dessem passos no sentido da via do 25 de Abril do povo e da revolução democrático-popular rumo ao socialismo.

O Comité Central não se empenhou em levar por diante a tarefa de implantar o Partido nos centros nevrálgicos da luta de classes, deslocando a intervenção partidária para campanhas e comemorações desligadas dos problemas fundamentais das massas trabalhadoras.

Quarto — Progressivo desligamento do Comité Central do colectivo partidário.

O Comité Central foi abandonando progressivamente a prática de realização de reuniões alargadas e de activos, como meio de auscultar o Partido, ouvir as suas críticas e sugestões e de sentir através dele o pulsar do movimento de massas. Instalou-se no Comité Central o espírito do dever cumprido com a simples aprovação das resoluções, não se desenvolvendo a luta pela sua aplicação. O Comité Central foi-se acomodando a estes defeitos, a rotina penetrou no seu seio, perdendo o vigor e as perspectivas revolucionárias ganhas com o desencadear do processo de revolucionarização e proletarização.

O Comité Central não ajudou o colectivo partidário a assimilar e aplicar a linha revolucionária do 2º Congresso, não recolhendo e sintetizando a

experiência colectiva, não enriquecendo a linha aprovada, nem detectando e corrigindo as suas falhas e erros. Nas suas relações com os organismos partidários, o Comité Central desprezou as justas críticas e sugestões vindas do Partido, com vistas à correcção dos erros, resistiu às críticas que lhe eram feitas, procurando, inclusive, algumas vezes, desviá-las dos seus alvos.

A lição que se pode extrair dessa prática incorrecta de trabalho de direcção partidária, é que os seus órgãos centrais só podem recolher a experiência colectiva do Partido e generalizá-la na sua totalidade e não fragmentariamente, só podem merecer a completa confiança de todo o colectivo partidário, dirigindo-o, mas também aprendendo com ele, valorizando-o para ser valorizado, como é absolutamente necessário para o pleno funcionamento do centralismo democrático e para a normalidade da vida partidária. Esta é também uma condição básica para que o Partido seja efectivamente a força de vanguarda revolucionária marxista-leninista do proletariado, mantendo com ele relações de confiança mútua e dando-lhe confiança para que seja o porta-estandarte da revolução e do socialismo.

Quinto — Subestimação e vacilação pequeno-burguesas na luta ideológica.

Na luta ideológica o Comité Central passou da paz podre dos consensos para a luta intolerante e sem princípios, caindo depois na apatia, na desorientação e na conciliação. No seio do Comité Central instalou-se por vezes uma tendência para as discussões apressadas e apaixonadas, acompanhadas pela radicalização e polarização de posições, muitas vezes até sobre problemas de somenos importância. A origem destas vacilações pequeno-burguesas está na mentalidade praticista, na falta de firmeza na linha. O praticismo é uma mentalidade nociva pequeno-burguesa sem nada de comum com uma mentalidade proletária revolucionária. O praticista tem horror ao confronto de ideias, alimenta-se da noção primitiva de que só interessa a tarefa prática, adivinhada por instinto ao sabor dos acontecimentos do dia-a-dia. Ao desprezar o debate político e ideológico, o praticista não se pode aperceber do valor real da linha revolucionária do Partido como guia para a acção nem pode compreender politicamente as tarefas a executar. Não sabe explicar as suas razões, a sua justeza, a sua oportunidade. Não pode ter ideias nem argumentos para convencer ninguém da justeza das suas posições. O praticismo é o oposto do marxismo-leninismo e é um campo fértil para as dúvidas, as incompreensões e as vacilações.

Os métodos intolerantes e agressivos, marcadamente antileninistas, nas discussões no Comité Central entre alguns camaradas da maioria e elementos direitistas, criaram um clima de choques pessoais, com nítido espírito sectário e faccioso, que travou, atrofiou e degradou a luta ideológica e ameaçou constantemente, como força de pressão, a estabilidade do Comité Central como centro dirigente máximo do Partido entre dois Congressos. A lição a retirar é que este ambiente e este espírito enfraquecem o espírito de Partido,

ofuscam o vigor proletário e revolucionário, cegam os camaradas por eles afectados, os quais passam a colocar as suas posições individualistas acima do colectivo dirigente e dos interesses do Partido e a julgar os acontecimentos não do ponto de vista do Partido e da classe operária, mas dos seus próprios pontos de vista. Este ambiente e este espírito enfraquecem o desejo de unidade, subvertem a disciplina e, como consequência, degradam a vida no seio do colectivo dirigente com reflexos altamente negativos no Partido.

Sexto — Alheamento da polémica internacional contra a teoria dos três mundos e contra o "pensamento Mao Tsetung".

O 3º Congresso considera que o Comité Central na sua actividade de vistas curtas, imediatista e praticista, passou não só a subestimar os grandes acontecimentos políticos do país, como também os problemas candentes da luta que os marxistas-leninistas travam a nível internacional contra todas as correntes revisionistas, quer contra a soviética e a sua versão cunhalista, quer principalmente contra a chinesa e a sua base ideológica, o "pensamento Mao Tsetung". Este facto de grande gravidade levou a que sobre tão candentes questões do movimento marxista-leninista internacional o órgão central do Partido se tivesse limitado a transcrever os materiais de partidos irmãos, sobretudo do PTA e do PC do Brasil. Além destas falhas graves, o Comité Central não manteve o colectivo partidário ao corrente dos problemas fundamentais da evolução da polémica, inclusive sobre as atitudes abstencionistas de alguns elementos do Comité Central e sobretudo sobre as atitudes insidiosas por parte dos fraccionistas J. Moreira e J. F. Pinto.

O 3º Congresso, ao fazer esta crítica ao Comité Central, exige que ele assuma a sua responsabilidade como órgão dirigente máximo do Partido no período entre dois Congressos. Ao mesmo tempo, salienta que as posições no seio do Comité Central nunca foram homogéneas. Houve diferenciações importantes nas opiniões e actividades desenvolvidas pelos seus membros, seja no Secretariado e no Comité Executivo, seja no próprio seio do Comité Central, tanto no terreno político e ideológico como nos métodos de trabalho e de luta de ideias.

Em face disto o Congresso exige que todos os membros do Comité Central façam, como é seu dever, a sua autocritica sincera e que ela seja revestida de convicção profunda, à altura das responsabilidades que estatutariamente lhes foram confiadas. O Congresso considera que o desenvolvimento desta crise de direcção do Comité Central e dos seus órgãos internos foi particularmente grave porque teve reflexos negativos nos Comités Regionais e demais escalões partidários. Assim, por exemplo, o colectivo partidário não se pôde libertar das tradições sectárias, não resistiu ao estreitamento e atrofiamento das frentes, da UDP e da UMAR, ao estreitamento e atrofiamento da UJCR e a todos os elementos de degenerescência do seu sector estudantil. Houve ainda tendência de alguns organismos e militantes sindicais para apagar a demarcação entre a linha proletária revolucionária do

nosso Partido e a linha revisionista, para andar a reboque dos revisionistas. O fraco controlo sobre a imprensa partidária de massas permitiu a veiculação por seu meio de algumas posições contrárias às resoluções e directivas do Comité Central e do Comité Executivo. Criou-se ainda um ambiente liberal e de discussão sem fronteiras, ambiente esse que foi propício para tentar igualar a discussão dos documentos do Partido com os contrários à linha. O Comité Central foi o principal responsável dessas tendências e desse ambiente negativos por que passou o colectivo partidário e que facilitou em parte, em alguns Comités Regionais, o trabalho anti-Partido dos elementos fraccionistas de direita. Apesar disso, na 1ª Conferência Nacional a esmagadora maioria dos delegados compreendeu a necessidade não só de defender a unidade do Partido e a sua linha revolucionária, mas também de desenvolver um combate sem tréguas aos direitistas e fraccionistas, exigindo ao mesmo tempo a autocritica aprofundada do Comité Central.

O 3º Congresso assinala este e outros exemplos de espírito de defesa do Partido e da linha revolucionária revelados pelo colectivo partidário, pois esses exemplos são a garantia de que o nosso Partido se colocará à altura das suas responsabilidades para com a classe operária e o povo trabalhador, na luta pela vitória da revolução e do socialismo.

II O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO E APLICAÇÃO DA LINHA DO 2º CONGRESSO

O 3º Congresso conclui que o 2º Congresso elaborou uma linha revolucionária marxista-leninista, como ainda não se tinha conseguido no nosso país. Analisando as singularidades da sociedade portuguesa e as contradições que lhe são inerentes, as classes sociais e a agudização da luta de classes, a crise profunda que abalou a estrutura e a superestrutura do sistema capitalista nacional nos últimos anos e tirando as grandes lições da crise revolucionária, a Resolução Política do 2º Congresso formulou de modo coerente a estratégia da revolução democrático-popular rumo ao socialismo, os fundamentos da tática geral do Partido, indicou os primeiros elementos do caminho da revolução violenta em Portugal e definiu a política e as tarefas para a edificação do Partido. O PCP(R) ficou, pois, a dispor de uma bússola para se guiar nas mais complexas situações e nos confrontos da luta de classes, sempre na perspectiva da conquista do poder político.

1. Uma assimilação parcial e não criadora da linha do 2º Congresso

O 3º Congresso constata que a aprovação da linha pelo 2º Congresso não foi acompanhada por debates aprofundados em vistas à sua compreensão e assimilação, nem foi seguida por uma luta firme e continuada com vistas à sua aplicação. Uma tal situação provocou que a assimilação feita tenha sido parcial e superficial, e que concepções erradas vindas dos tempos dos grupos não tenham sido obrigadas a confrontar-se com as justas ideias contidas na Resolução Política e tenham podido sobreviver, continuando a influenciar negativamente a actividade revolucionária do Partido.

O praticismo e o espontaneísmo, profundamente enraizados no seio do Comité Central, ligados à auto-suficiência de quem se deixa impressionar pelos êxitos fáceis e não encara seriamente a complexidade das tarefas que se lhe defrontam e a responsabilidade que assumem como dirigentes do Partido

perante a classe operária e o povo português, conduziram ao desprezo da batalha fundamental com vistas à compreensão e assimilação da linha aprovada. Apesar de sucessivos alertas e de decisões de reuniões do Comité Central com vistas à rápida superação de tão grave anomalia, a situação prolongou-se inalterável durante mais de um ano, só sendo abalada pelo justo descontentamento reinante no colectivo partidário e pelo surgimento da crise de direcção no seio do Comité Central, às quais se agarraram J. Moreira e Cia. na defesa das suas posições direitistas, liquidadoras e pró-revisionistas. Só perante os debates que precederam a 1ª Conferência Nacional e o 3º Congresso, o Comité Central e o Partido se viram obrigados a estudar atentamente a Resolução com vistas a defendê-la dos ataques direitistas de que estava a ser alvo, dando-se pela primeira vez passos sérios no sentido da sua assimilação.

Quatro causas fundamentais estão na origem desta situação:

Insuficiências nos debates do 2º Congresso. Os debates preparatórios do 2º Congresso e a discussão dentro do próprio Congresso, não se centraram nos grandes problemas definidos na Resolução, na análise da sociedade portuguesa e das suas contradições fundamentais, nas lições da crise, nas características da luta de classes em desenvolvimento, no real estágio do movimento operário e popular, na estratégia e na táctica geral, refugiando-se em discussões sobre experiências partidárias locais e regionais, em problemas de âmbito sindical e em questões práticas sobre as organizações de frente. Este debate não permitiu que o Partido retirasse da Resolução aprovada as suas ideias essenciais, ficando com uma visão superficial do seu conjunto, com o caminho aberto para interpretações grosseiras e erradas sobre o seu conteúdo.

A falta de clarificação e demarcação sobre alguns dos problemas que foram discutidos, o "consenso" final e o delegar da sua solução no Comité Central eleito, permitiram que ideias contrárias pudessem continuar a coexistir no seio do Comité Central e inclusivamente no Partido.

Ausência de luta pela assimilação após o 2º Congresso. A 1ª Reunião Plenária do Comité Central, realizada após o Congresso, limitou-se a afirmar a necessidade de assimilar a Resolução Política, não tomando no entanto qualquer medida prática com vistas a garantir a sua efectivação. A discussão feita nos Comités Regionais foi apressada e superficial, limitando-se à apreensão de algumas fórmulas gerais e de palavras de ordem que passaram a ser utilizadas como slogans agitativos. Os cursos realizados, permitindo que algumas correcções fossem introduzidas neste processo, enfermaram ainda de um certo academismo, não sendo ligados aos problemas concretos nem a um debate vivo e aprofundado, não permitindo que se retirassem deles todos os efeitos positivos que era possível conseguir.

Falta de confrontação sistemática da linha com a experiência prática. A elevação da assimilação da linha do Partido exigia uma constante confrontação desta com a experiência prática, através da realização de

balanços da actividade partidária. O balanceamento da actividade ao longo destes dois anos é muito escasso e fora da perspectiva de testar a linha através da sua aplicação prática para generalizar as experiências e tirar lições, corrigindo as falhas e erros, desdobrando-a e enriquecendo-a.

Falta de confrontação polémica da linha do Partido com as diversas linhas burguesas, reformistas, pequeno-burguesas radicais e revisionistas. Desta forma, ao mesmo tempo que subsistem diversas incompreensões e deformações da linha, foram permanecendo pontos de vista estranhos ao proletariado revolucionário.

2. As incompreensões e manifestações erradas no processo de aplicação da linha

O 3º Congresso constata que como consequência duma deficiente assimilação da linha, a sua aplicação foi fortemente influenciada por incompreensões e concepções erradas, predominantemente sectárias e espontaneístas, oscilando ora para posições esquerdizantes ora para posições direitistas. Estas influências erradas e estranhas à linha do 2º Congresso produziram efeitos altamente negativos na actividade partidária. Por vezes verificaram-se simultaneamente e diante de acontecimentos mais ou menos idênticos.

Em face disto quatro conclusões podem ser retiradas:

Primeiro — o sectarismo foi uma constante da actividade partidária e revelou-se como uma nociva tradição bastante enraizada, devendo ser radicalmente extirpado das fileiras partidárias.

Segundo — o espontaneísmo, que foi uma das péssimas heranças dos grupos e que desde o início esteve sempre presente na actividade partidária, configurou-se como uma tradição pesando negativamente no seio do Comité Central e dos órgãos dirigentes intermédios, inclusivamente nas bases do Partido, manifestando-se em todos os aspectos da nossa actividade e devendo ser por isso combatido onde quer que se manifeste.

Terceiro — houve sucessivas manifestações e incompreensões de carácter esquerdizante que se caracterizam pelo simplismo, pelo imediatismo, pelo esquematismo e pela tendência para o isolamento e para se encerrar nas fronteiras do Partido ou na orla dos seus simpatizantes e amigos, sendo necessário reforçar a vigilância face à possibilidade de ressurgimento desse tipo de manifestações e incompreensões.

Quarto — verificaram-se continuadas posições e práticas direitistas, chegando ao ponto de evoluir e se cristalizarem numa tendência direitista, da qual se destacou uma corrente fraccionista de direita contra a qual devemos lutar consequentemente até ao fim.

O sectarismo, uma constante da actividade partidária.

Esta nefasta herança dos grupos transformou-se, sem sombra de

dúvidas, por assim dizer, numa tradição na vida partidária. Em muitas tomadas de posições políticas e principalmente nos procedimentos táticos no trabalho de frente e na actividade entre as massas e junto a aliados, o sectarismo esteve sempre presente na actuação do Comité Central e causou reais prejuízos na aplicação da linha do 2º Congresso, na definição e aplicação das tácticas específicas e das flexões tácticas, tanto a nível nacional como a nível regional, da zona, da empresa e do bairro. O sectarismo confunde isolamento com firmeza de princípios, tem dificuldades em perceber a real correlação de forças em presença e o verdadeiro estado de espírito das massas, não compreende a necessidade de fazer política e de utilizar o máximo de flexibilidade e habilidade para aplicar a táctica revolucionária do Partido, não sabe fazer política para centenas de milhares e milhões, não compreende a necessidade de unir política e ideologicamente a classe operária e, muito menos, de unir os camponeses e as amplas massas populares em torno da classe operária. Os sectários, virados para si mesmos e para a sua orla de adeptos, não conseguem interpretar os problemas e os sentimentos que animam as massas a cada momento e não entendem a necessidade de encontrar tácticas flexíveis e procedimentos adequados visando levar as massas a percorrer a sua própria experiência, a encaminhá-las na via do 25 de Abril do povo e da revolução democrático-popular rumo ao socialismo. Os sectários não percebem a complexidade das situações nem as suas mutações e não se esforçam em analisar os acontecimentos que se desenrolam diante dos seus olhos. Por isso têm reais dificuldades em compreender a necessidade das flexões tácticas que permitam tirar proveito das contradições no seio do inimigo, para paralisar a sua avançada, ganhar tempo e margem de manobra com o objectivo de acumular forças, preferindo, pelo contrário, seguir um caminho linear que causa prejuízos incalculáveis às massas populares.

Para extirpar a tradição sectária das nossas fileiras é preciso ter sempre em consideração o movimento real, a correlação de forças e a acumulação de forças a fim de ser possível armar o Partido a cada momento com alternativas políticas adequadas a cada conjuntura e mantê-lo inserido vivamente na luta de classes, nunca deixando campo livre ao inimigo e conquistando sempre mais largas massas populares para as nossas posições revolucionárias, ajudando-as persuasivamente a percorrerem a sua própria experiência de luta. Assim e somente assim o nosso Partido assegurará a possibilidade, após cada batalha política, de se preparar para a batalha política seguinte, sempre em melhores condições para alcançar novos e maiores êxitos.

Para extirpar a tradição sectária das nossas fileiras é preciso ir às massas e vencer a resistência à táctica, é preciso implantar definitivamente a prática de saber trabalhar com aqueles que não pensam como nós. É preciso agir sempre com a flexibilidade e habilidade necessárias para desempenharmos o papel de vanguarda na preparação, no desencadeamento e direcção das acções políticas revolucionárias de massas.

O espontaneísmo, irmão gêmeo do sectarismo.

A experiência da nossa actividade partidária desde o Congresso de Reconstrução do nosso Partido tem vindo a demonstrar que, associado ao sectarismo, se verifica sempre o surgimento de manifestações espontaneístas. Estas manifestações são particularmente evidentes na actividade do Comité Central e dos órgãos dirigentes intermédios, expressando-se no pouco empenho e mesmo na ausência do estudo da situação concreta e das suas mutações e tendências de desenvolvimento, facto que se reflecte na demora em tomar posições diante de problemas que exigem resposta urgente e no atraso entre o momento em que se tomam as decisões e aquele em que são levadas à prática. É particularmente grave a subestimação da acção planificada da direcção e do Partido chegando ao ponto de haver um desinteresse e menosprezo pelo acompanhamento e controlo sistemático e permanente das tarefas, o que compromete seriamente o trabalho de direcção junto ao colectivo partidário e o trabalho do colectivo junto às massas.

O espontaneísmo alimenta a tendência para actuar de forma lenta e instintiva, fomenta a passividade e a contemplação, originando a insensibilidade política, obrigando-nos a ficar à margem dos acontecimentos ou a irmos a reboque deles, não sendo assim possível assegurar um ritmo de trabalho compatibilizado com a dinâmica do desenvolvimento da situação e das necessidades do movimento de massas e do trabalho partidário em todas as frentes da luta de classes. Pelos males que origina, o espontaneísmo tem de ser extirpado totalmente das nossas fileiras.

Manifestações e incompreensões esquerdizantes.

De modo geral e em muitos momentos as manifestações e concepções esquerdizantes predominaram no seio do Comité Central, impedindo-o de tomar o pulso real do movimento operário e popular, levando-o a sobrestimar a sua maturação revolucionária, impelindo o Partido para uma acção caracterizada pela divulgação propagandística de slogans e frases feitas e pela repetição de fórmulas gerais desligadas da realidade viva. Desta forma, o Partido foi-se afastando gradualmente das primeiras linhas da luta política de massas, foi abandonando a bandeira da defesa das conquistas de Abril e remetendo-se para as lutas mais fáceis, principalmente para campanhas baseadas na mobilização de militantes e simpatizantes e para as lutas reivindicativas parciais.

Para que esteja sempre presente na consciência de todos nós o que foram as manifestações e incompreensões esquerdizantes é preciso enumerá-las de forma clara:

- O encarar a reabertura da crise como um acontecimento a curto prazo.
- O simplificar a táctica geral do Partido a fórmulas rígidas e sem vida, deformando o centro da táctica geral, reduzindo as suas bandeiras de luta à

luta pela conquista do governo do 25 de Abril do povo, apresentando-o como uma palavra de ordem de acção imediata nas actuais circunstâncias.

— O menosprezar do trabalho para erguer a frente popular de massas que se expressou principalmente nas seguintes tendências erradas: subalternização das tarefas da luta pela aliança operário-camponesa, privilegiando as alianças com a pequena burguesia urbana, em especial com os sectores radicais; insuficiente apoio ao desenvolvimento do movimento camponês, verificando-se inclusive a falta de intervenção activa nas zonas da Reforma Agrária; acção política unitária quase resumida à luta antifascista, não tendo no centro a defesa das conquistas de Abril e passando à margem dos problemas políticos vitais que determinaram a evolução da situação política nacional, não dando atenção séria ao desenvolvimento da luta anti-imperialista; acção política unitária centrada nos contactos e acordos com diversas personalidades antifascistas e com forças políticas predominantemente pequeno-burguesas, não sendo acompanhadas por um trabalho unitário nas massas operárias e populares nos locais de trabalho; abandono e asfixia das frentes que o Partido apoia e dirige, como a UDP, UMAR, UJCR, FAPIR, TCHD e AEPPA, no seguimento de erros que levaram à desagregação do MUP, como principal suporte da frente popular de massas; política utilitarista e controleirismo das frentes, usando-as como meras fachadas destinadas a dar cobertura a realizações políticas do Partido, cometendo graves atentados contra a sua democracia interna. Estes erros têm origem em graves incompreensões acerca da necessidade vital para o Partido do trabalho com vistas a unir em torno do proletariado a maioria do nosso povo, levando por diante as tarefas da actual fase de desenvolvimento da revolução portuguesa.

Estas manifestações e incompreensões esquerdizantes ampliaram sobremodo as dificuldades reais existentes para a edificação da frente popular de massas. Houve múltiplas incompreensões políticas esquerdizantes sobre a importância revolucionária da edificação da frente popular de massas, baseada na conquista da unidade política da classe operária e da aliança operário-camponesa, e da necessidade de desfazer a influência do revisionismo cunhalista e do reformismo social-democrata no seio das massas. Essas manifestações e posições são particularmente graves porque têm na sua essência a não compreensão de que a hegemonia do proletariado e do PCP(R) se ganha no plano político e no processo de luta através da persuasão e do exemplo.

A decisão tomada pelo Comité Central de se empenhar no relançamento da UDP como organização ampla de massas, tomada na sua 3ª Reunião Plenária (alargada), não foi levada consequentemente à prática. Assim, a UDP que resultou do seu 3º Congresso limitou-se a funcionar como o braço legal do Partido, reduzida a uma organização estreita, construída de cima para baixo e cujos órgãos de direcção limitavam a sua actividade à agitação e propaganda, sem qualquer capacidade de dirigir acções políticas de massas fundamentalmente a partir dos seus núcleos. A campanha de adesões, que

comprovou a larga simpatia existente pela UDP, foi também encarada como uma campanha de agitação, não tendo sido seguida, por falta total de apoio e direcção política do Comité Executivo, por um necessário trabalho de estruturação. Daí resultou que a maioria dos mais de 10.000 novos aderentes que vieram à UDP continua ainda hoje sem qualquer ligação regular com a organização. As relações erradas existentes entre o Partido e a UDP e os maus métodos de direcção utilizados em relação a esta organização de frente, impediram o funcionamento regular dos órgãos de direcção da UDP, tiraram qualquer possibilidade ao Conselho Nacional e à sua Comissão Permanente de dirigirem politicamente a organização e revelaram marcada subestimação das opiniões dos dirigentes e activistas da UDP.

Apesar do Partido ter apoiado inicialmente a formação da UMAR como organização de massas femininas, na prática o Comité Central abandonou progressivamente esta frente, tomando mesmo medidas que conduziam à sua liquidação. O traço negativo fundamental da actuação do Comité Central e do Partido em relação à UMAR **traduziu-se no impedimento desta organização de frente trabalhar e ganhar sólidas raízes entre as mulheres**, verificando-se a destruição sistemática das suas estruturas dirigentes e de base — dificultando a recolha e síntese da experiência concreta — através do desvio de quadros femininos para outras tarefas, do desprezo pelas orientações nacionais, do esmagamento da iniciativa até mesmo das mulheres sem partido, da total ausência de apoio à revista "Mulher d'Abril". O Comité Central e o Partido não foram capazes de superar a **incompreensão existente sobre o carácter específico do trabalho feminino**, o desprezo pelos problemas mais sentidas pelas mulheres, a incapacidade de adoptar métodos próprios adequados de agitação, propaganda e organização. Na base deste erro encontra-se uma perspectiva utilitarista que não compreende a articulação existente entre o trabalho com vistas ao reforço do campo popular e a luta pela emancipação social da mulher. A ideia que se instalou de que a **UMAR se dirigia apenas às mulheres mais recuadas, donas de casa em geral, não tendo cabimento nas empresas e cooperativas**, foi um erro que produziu graves consequências. Esta concepção teve como resultado o abandono de algumas camadas mais avançadas das mulheres à influência dos revisionistas e impedir a hegemonia da classe operária na organização, que não se pode exercer somente através do Partido. No seu conjunto a actuação do Comité Central e do Partido na UMAR revelou a existência de incompreensões profundas sobre a **necessidade duma organização específica de frente para as massas femininas** onde estas possam realizar a sua aprendizagem política e sair da passividade secular em que se encontram. Estas incompreensões revelam uma grave subestimação da importância das mulheres na luta pela vitória da revolução e do socialismo.

O que se passou na direcção da UJCR e em todo o seu colectivo é da responsabilidade do Comité Central do nosso Partido. O trabalho desenvolvido pelos elementos directistas e fraccionistas chefiados por Rui Gomes e Rui Cal não mereceu o necessário combate por parte do Comité Central

através da realização da crítica firme e convincente no seio do Conselho Nacional da UJCR, da descida aos seus organismos para os esclarecer da grave situação existente com base em posições autocríticas e críticas e em argumentos políticos e ideológicos convincentes, a fim de derrotar as posições direitistas e de desmascarar e isolar o grupelho fraccionista.

O Comité Central mostrou real incapacidade para compreender a especificidade do trabalho político e ideológico na frente cultural. As indecisões iniciais evoluíram para posições relativamente justas, que se reflectiram no êxito do Activo Nacional da FAPIR, havendo porém injustificado retrocesso posteriormente, o que acarretou graves prejuízos no trabalho do Partido entre os intelectuais e artistas, ocasionando até o enfraquecimento desta organização.

O TCHD, importante iniciativa do nosso Partido, obteve já assinaláveis êxitos de repercussão nacional e internacional. Cumpriu no essencial os seus objectivos, apesar da sua não implantação organizada nos sectores mais explorados do nosso povo, sobretudo no seio das massas operárias e camponesas. Este facto resultou das incompreensões políticas do Comité Central e do Partido acerca deste tipo de trabalho de frente ampla, não se tendo sabido encontrar formas e meios de articular este trabalho nos sectores explorados do nosso povo com o trabalho no seio da intelectualidade antifascista. É preciso modificar radicalmente esta situação e relançar o TCHD com base em novos procedimentos e em tarefas democráticas com vistas a aglutinar e fortalecer a consciência antifascista do povo português, especialmente do proletariado e das massas de milhões de explorados e oprimidos.

A AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas) possui um programa susceptível de congregar largos sectores de ex-presos políticos. Múltiplas e graves são as responsabilidades do Comité Central e do Partido face à situação em que hoje se encontra essa organização que legitimamente adquiriu considerável prestígio na opinião pública democrática pela sua luta em defesa das conquistas de Abril. As incompreensões e o desprezo por este sector de frente têm sido constantes: direcção que não dirige e não funciona, indefinição na prática sobre o papel que o Partido atribui à AEPPA, falta de quadros para trabalhar na Associação, etc. A questão fundamental reside agora em trabalhar para o seu relançamento e não medir esforços para que ela consiga agregar largos sectores de ex-presos políticos, realize amplos actos e campanhas antifascistas, mantendo bem viva a consciência democrática do povo português, revelando continuamente os crimes da PIDE, denunciando as medidas de fascização postas em marcha pelo poder novembrista e sobretudo o reforço das suas estruturas repressivas e muito particularmente a criação da nova PIDE, o SIR, contra o qual deve ser erguido um vigoroso protesto nacional. A AEPPA reúne todas as condições para vir a dar valiosos contributos para a formação de uma ampla frente popular de massas.

Além disso houve a grave incompreensão de desenvolver a luta anti-revisionista desinserida da luta de massas. Torna-se necessário dizer que se o

partido revisionista se recompôs do golpe sofrido nas eleições presidenciais, o certo é que tal facto se verificou principalmente devido aos erros cometidos pelo Partido na sua acção revolucionária entre as massas. A nossa luta contra o revisionismo desenvolveu-se sobretudo no campo da propaganda das ideias gerais, da demarcação de princípios, nomeadamente através do órgão central, não sendo levada para o terreno da tática e da luta do dia-a-dia, não a tornando, dessa forma, acessível e compreensível pelas amplas massas. Houve resistência e recusa em adoptar procedimentos táticos visando facilitar o desmascaramento da camarilha revisionista e fazer ressaltar e agudizar a contradição entre o sentimento da maioria dos militantes da sua base e a prática de capitulação e traição dos seus dirigentes.

Manifestações e posições direitistas.

As influências exercidas nas nossas fileiras pelo recuo do movimento operário e popular e pela propaganda e pressão revisionista constituíram factores determinantes para o surgimento no seio do Comité Central e em alguns sectores do Partido de concepções direitistas e de manifestações oportunistas de direita no processo de aplicação da nossa linha revolucionária. As derrotas sofridas, a ausência de vitórias significativas, conduziram a que se difundisse um certo sentimento de impotência e desmoralização em alguns sectores operários e populares cujos reflexos negativos se fizeram sentir no Comité Central e num ou noutro organismo partidário. A ausência de uma direcção política suficientemente firme e clarividente com necessária agudeza política conduziu a que não fosse dado um combate sério internamente a estas manifestações e posições de direita. O mais grave foi no entanto o Comité Central não ter compreendido a necessidade de dar respostas revolucionárias justas e oportunas aos problemas novos que se iam colocando ao movimento de massas. O Comité Central tem assim a séria responsabilidade de ter permitido o alastramento daquele tipo de manifestações e posições, o que originou justo descontentamento no Partido, sendo este acompanhado, porém, de atitudes de amorfismo e demissionismo por parte de militantes ainda não suficientemente amadurecidos política e ideologicamente e com insuficiente referencial de classe e de Partido. Estes problemas, particularmente graves na vida partidária deveriam ter sido enfrentados oportunamente e mesmo nos debates da 6ª Reunião Plenária do Comité Central e na sua Resolução Política, acompanhando a justa resposta que então foi dada aos principais argumentos que vinham sendo apresentados por alguns elementos direitistas tendo à cabeça J. Moreira.

As manifestações e posições direitistas tiveram como principais características políticas e ideológicas as seguintes:

- Abaixamento das bandeiras políticas revolucionárias, com a redução da luta pela unidade política da classe operária à luta pela unidade sindical;
- Redução do trabalho do Partido nos locais de trabalho à luta económica e reivindicativa;

— Fuga em enfrentar e a demarcar-se claramente da política revisionista ou redução dessa demarcação à defesa de propostas de luta simplistas e limitando-se a demarcação a aspectos meramente quantitativos, esbatendo assim as fronteiras que separam de forma antagónica, política e ideologicamente, o PCP(R) do partido revisionista de Cunhal.

É indispensável portanto criticá-las e superá-las porque já causaram reais prejuízos ao nosso Partido. Para além disso o 3º Congresso chama a atenção de todo o colectivo partidário para que compreenda que são absolutamente incorrectas as posições e práticas conciliatórias com os caciques do partido revisionista e o desejo subjectivista de avançar em procedimentos tácticos audaciosos, sem esperar os referenciais que só a prática política revolucionária do nosso Partido junto ao movimento operário e popular nos pode fornecer, para alicerçarmos solidamente os passos a serem dados neste rumo.

Estas e outras posições direitistas estiveram no centro das discussões no processo de elaboração do projecto de Resolução do Comité Central sobre a carta de Ricardo, que viria a ser apresentada na 8ª Reunião Plenária do Comité Central. Justamente por isto foi possível, após prolongados debates, captar a essência das propostas de J. Moreira e combater com argumentos irrefutáveis o seu carácter direitista, capitulador e pró-revisionista.

As posições direitistas defendidas por J. Moreira apareceram inicialmente de forma mais ou menos difusa e imprecisa, passando depois a revelar cada vez mais claramente uma apreciação deformada e fragmentária da situação objectiva em Portugal e das suas principais tendências de evolução. Numa realidade como a portuguesa, prenhe de características extremamente originais, qualquer análise a partir de esquemas livrescos e das aparências cai inevitavelmente numa óptica capitulacionista e desorientada, própria da pequena burguesia, não conseguindo jamais apreendê-la a partir do ponto de vista do proletariado em luta, nem compreender de forma concreta o processo das suas rápidas mutações. As fórmulas simplistas e lineares, próprias da cegueira oportunista, fazem os direitistas realizar malabarismos na busca de definirem o carácter da actual situação e da correlação das forças de classe em luta a partir exclusivamente da composição actual dos órgãos do poder. Pondo de lado o estudo dos processos objectivos económicos e sociais profundos que determinam verdadeiramente o carácter da situação e das actuais tarefas, os oportunistas sacrificam os interesses fundamentais do movimento operário e popular em favor de supostas vantagens momentâneas. Dos seus esquemas doutrinaários, esquemáticos e superficiais, desaparecem os factores revolucionários da sociedade portuguesa unicamente porque os órgãos do poder estão ocupados pela direita. Desaparecem as contradições fundamentais que corroem as entranhas da sociedade e mesmo as contradições no seio da própria burguesia, a instabilidade política e governamental prolongada, unicamente porque momentaneamente os reaccionários detêm a iniciativa. Chegam por este caminho à conclusão absurda de que o

PCP(R) teria de amputar o carácter revolucionário da sua táctica e das suas palavras de ordem, adaptando-se à luta reformista circunscrita ao quadro das instituições novembristas. Uma táctica definida com base nestes pressupostos seria uma versão estreitamente aparentada da táctica revisionista de adaptação ao regime capitalista e levaria directamente à capitulação e traição.

Precisamente por tudo isto, apoiando-se na análise marxista-leninista e na táctica geral revolucionária do 2º Congresso e captando a essência oportunista da análise e das propostas tácticas contidas na carta de J. Moreira e nas suas intervenções orais, o Comité Central chegou à justa conclusão de que estava em presença de duas análises e de duas tácticas opostas face à situação actual. Ao mesmo tempo mostrou justamente a necessidade de levar à vitória a linha táctica do 2º Congresso e de derrotar o oportunismo de direita e a capitulação pró-revisionista, que tinha J. Moreira à cabeça, indicando inclusivamente já então que o direitismo constituía um perigo real para o Partido, que se tornava imperioso elevar a vigilância partidária contra o perigo de reacender o grupismo caciquista e amiguista pequeno-burguês e que deveriam ser tomadas medidas adequadas para reforçar a unidade de todo o Partido, em torno dos princípios do marxismo-leninismo e da sua linha revolucionária e em torno do seu Comité Central como o **centro único** dirigente do Partido no intervalo entre dois Congressos.

As justas posições então adoptadas pelo Comité Central são apoiadas pelo 3º Congresso ao mesmo tempo que condena em toda a linha as posições direitistas defendidas por J. Moreira e Cia. e chama todo o colectivo partidário a rejeitá-las radicalmente.

A estagnação e o recuo da revolucionarização e da proletarização.

O 3º Congresso destaca ainda o facto grave da progressiva estagnação e posterior recuo em que entrou o processo de revolucionarização e proletarização, desencadeado pelas forças proletárias do nosso Partido. O amolecimento, a apatia, a falta de vigor e entusiasmo revolucionários, a permanência de uma composição social das fileiras partidárias sem grande maioria operária, a fraca implantação nas grandes empresas e centros industriais, a diminuição da intervenção política revolucionária entre as massas, tais são alguns dos males que se instalaram progressivamente na vida partidária.

O recuo do processo de revolucionarização e proletarização deveu-se principalmente ao facto de o Comité Central não ter compreendido que a transformação e aperfeiçoamento constantes da actividade partidária não podem ser fruto de uma resposta espontânea do Partido a apelos gerais, por mais insistentes que sejam. A revolucionarização e proletarização é um processo consciente e dirigido que só pode avançar através de constantes medidas práticas, ideológicas e organizativas tomadas em tempo oportuno a partir do Comité Central e que atinjam todos os aspectos da acção do Partido. Não compreendendo este facto fundamental, e encontrando-se mergulhado numa crise que lhe roubava a sua capacidade dirigente, o Comité Central ficou

III

O PROCESSO DE DESDOBRAMENTO E ENRIQUECIMENTO DA LINHA DO 2º CONGRESSO

O 3º Congresso acentua que o processo de desdobramento e enriquecimento da linha do 2º Congresso, ao longo destes dois anos de actividade partidária, foi seriamente afectado por concepções erradas que dominaram a actividade do Comité Central. Na origem destas graves insuficiências encontram-se incompreensões sectárias que impediram uma aplicação viva e criadora da linha aprovada, havendo a tendência para a reduzir a fórmulas feitas, despidas de conteúdo político. Para esta situação contribuiu de forma decisiva a falta de luta ideológica no seio do Comité Central e do Partido, com base na confrontação da linha com a realidade em desenvolvimento e mutação e inclusivamente com a experiência prática revolucionária do colectivo partidário junto às massas. O processo que hoje vivemos indica-nos de modo claro que a linha do Partido só se põe à prova e se enriquece quando levada de forma audaz e persistente ao seio dos trabalhadores, inserindo-a na dinâmica da luta de classes e nas exigências que esta coloca a cada momento. Como consequência, ao mesmo tempo que o Partido foi sentindo fortes dificuldades em se manter vivamente inserido na luta de classes, não puderam ser detectadas e corrigidas a tempo as imprecisões e apreciações erradas contidas na Resolução Política do 2º Congresso.

1. Resistências à flexibilidade táctica

Desde o 2º Congresso manifestaram-se no Comité Central e noutros escalões partidários profundas incompreensões sobre a necessidade de enriquecer em todos os momentos a acção política do PCP(R) com flexões tácticas de conjuntura que facilitem o trabalho dos militantes junto às massas e mantenham o Partido vivamente inserido na luta de classes. Essas incompre-

ensões sectárias esquerdizantes só começaram a ser parcialmente eliminadas com a flexão táctica apresentada na 5ª Reunião Plenária do Comité Central, facto que impossibilitou grandemente o Partido de ser o verdadeiro motor de uma resistência popular de massas à ofensiva reacçãoária. Até então verificou-se no Comité Central e no Partido o menosprezo pela avaliação lúcida da situação com base numa análise concreta das forças actuantes. Predominou a agitação da palavra de ordem de um governo do 25 de Abril do povo como se fosse uma palavra de ordem para a acção imediata nas circunstâncias existentes. As justas palavras de ordem "Os ricos que paguem a crise", "Para o povo ser livre há que reprimir os fascistas" e "Imperialistas fora de Portugal", foram transformadas em meros slogans vazios sem lhes dar um conteúdo vivo e adequado às principais lutas em curso. Tendeu-se a substituir as flexões tácticas por diversas campanhas em torno de objectivos parciais. O resultado foi uma retracção gradual do Partido na acção de massas e um certo isolamento inteiramente injustificáveis, que o levaram a não aparecer como força política de vanguarda que tem o dever de apresentar no momento oportuno justas soluções concretas para os problemas nacionais, a abandonar sem qualquer razão a iniciativa aos revisionistas e a recuar gradualmente para a acção sindicalista. Com isto os militantes não se viram armados para intervir correctamente no movimento real em curso. Após a 5ª Reunião Plenária do Comité Central verificou-se a tendência para transformar os quatro pontos de unidade e luta em meros slogans de agitação e propaganda, e não em instrumentos para levar a cabo as mais diversas iniciativas e acções de massas. O mesmo aconteceu em grande medida com as propostas do Manifesto de Julho de 1978, que a evolução posterior da situação política veio a comprovar como inteiramente justas.

De uma ou outra forma estes tipos de resistências à aplicação flexível e hábil da táctica retiraram ímpeto à acção do Partido e contribuíram fortemente para o retirar das primeiras linhas da luta política de massas. Ao não fazer, ou ao fazer tardiamente, desdobramentos tácticos para as diversas frentes de luta, o Comité Central teve a responsabilidade de atrasar substancialmente o trabalho do Partido junto a amplas massas organizadas nestas frentes, contribuindo decisivamente para dificultar o seu desenvolvimento e até para criar situações propícias ao seu estrangulamento e definhamento progressivos.

Ao mesmo tempo, manifestaram-se tendências para abdicar da táctica geral que dá coerência revolucionária à acção política do Partido, substituindo-a por certo tipo de alternativas tácticas imediatistas ao sabor das circunstâncias.

As alternativas de conjuntura estão sempre ao serviço da táctica geral e visam elevar a consciência e combatividade das massas, a partir dos objectivos imediatos, a um nível superior, encaminhando-as através da sua própria experiência no sentido da revolução.

2. Enriquecimento e aprofundamento da linha do 2º Congresso

O 3º Congresso considera o 2º Congresso um acontecimento de grande alcance histórico na vida do PCP(R) e a linha nele aprovada fundamentalmente justa. Ao mesmo tempo acentua de um ponto de vista crítico que ao longo da sua actividade o Comité Central não cumpriu as indicações do 2º Congresso sobre a necessidade de ir enriquecendo e aprofundando a nossa linha política revolucionária.

Ao determinar as contradições fundamentais que caracterizam a sociedade portuguesa, e ao retirar as grandes lições da crise revolucionária que abalou Portugal em 74/75, captando os traços essenciais que definem a actual situação política e as suas tendências profundas de evolução, o 2º Congresso definiu uma estratégia e uma táctica geral marxistas-leninistas, adequadas à situação, armando o Partido para as difíceis e complexas tarefas que se colocam ao desenvolvimento da revolução no nosso país. Deixou no entanto em aberto alguns problemas que necessitavam um aprofundamento posterior, à luz da experiência vivida e com base num estudo mais completo da crise multilateral que atravessa o sistema capitalista português. Ao realizar-se numa altura de viragem da situação política nacional, caracterizada por grande instabilidade e pela permanência de diversos factores de crise, quando ainda estavam frescas na memória de todos as eleições presidenciais que tinham dado corpo a um imponente movimento de massas em torno de uma alternativa revolucionária, o 2º Congresso cometeu no entanto alguns erros e imprecisões de análise, pelo facto de então não possuir indicadores seguros que lhe permitissem concluir com base em critérios científicos qual a profundidade do recuo sofrido pelo movimento de massas após o 25 de Novembro e até que ponto a nova correlação de forças serviria de atenuador para a reabertura da crise.

Com base na experiência vivida nos últimos dois anos e analisando a evolução política nacional desde então, o 3º Congresso acentua que é possível caracterizar com segurança os fenómenos cuja explicação não é suficientemente clara nem correcta na Resolução Política aprovada: **nela existe certa sobrestimação sobre o estado de amadurecimento do movimento de massas; e as perspectivas de evolução imediata da situação política nacional apontadas deixam transparecer certa tendência para encarar a reabertura da crise revolucionária como um processo que estava já a ser aberto.**

Ao não proceder à necessária correcção das imprecisões e apreciações erradas apontadas, o Comité Central não contribuiu para o enriquecimento da linha do Partido como se tornava indispensável. Este facto deixou o campo aberto para que elementos vacilantes e direitistas utilizassem aquelas imprecisões e erros para atacar a linha revolucionária do Partido. Tendo em conta os ataques que são movidos contra a linha do Partido pelos oportunistas e direitistas, o 3º Congresso, para além de corrigir as imprecisões e erros atrás

apontados, chama todo o Partido a compreender que ela é no fundamental essencialmente justa e mantém inteira actualidade, devendo ser defendida com argumentos sólidos e convincentes. Ao mesmo tempo, o 3º Congresso considera ainda necessário dar passos seguros no sentido do aprofundamento da análise da situação política nacional e da crise multilateral da sociedade portuguesa e do enriquecimento da táctica do Partido, com base em indicadores extraídos da experiência dos dois últimos anos da luta de classes.

IV A LUTA IDEOLÓGICA E OS MÉTODOS LENINISTAS DE DISCUSSÃO

O 3º Congresso considera necessário acentuar que a luta ideológica ininterrupta no seio do Partido é condição indispensável para a sua edificação como verdadeiro partido revolucionário de vanguarda da classe operária portuguesa. No nosso Partido, de forma especial, essa luta torna-se vital, já que a sua quase inexistência tem sido o traço marcante e constante ao longo da vida do PCP(R). Tal falha tem-se traduzido em sérios prejuízos não só na actividade do Partido mas acima de tudo na sua própria edificação.

O rompimento com esta insuficiência, verificada de forma acentuada a partir da 6ª Reunião Plenária do Comité Central, trouxe consigo dois aspectos essenciais que merecem uma compreensão aprofundada, a fim de ser possível retirar as lições que permitam ao Partido dar um salto em frente em todo o processo da sua edificação:

1º. A nossa experiência comprovou inteiramente a importância das ideias de Lénine quando nos ensina que *"sem debates, discussões e luta de opiniões nenhum movimento é possível, inclusive o movimento operário"*;

2º. O processo que o Comité Central e o Partido têm vindo a atravessar indica-nos igualmente que os debates de ideias e a luta de opiniões devem guiar-se por justos métodos de discussão leninistas pois só eles possibilitam que não haja confrontos e choques pessoais, nem se tentem impor formas simplistas na solução dos complexos problemas que se colocam ao nosso Partido. É ainda Lénine que nos ensina: *"Sem uma luta implacável contra as discussões que degeneram em trocas de injúrias e em conflitos pessoais, nenhuma organização é possível"*.

1. Os métodos de discussão no Comité Central e no Partido

Desde que se começaram a levantar as principais divergências, manifestaram-se vários tipos de posições erradas que marcaram os debates e causaram

sérios prejuízos ao Partido. Estas posições foram no entanto fortemente combatidas, sendo de destacar a este respeito o papel desempenhado pela 8ª Reunião Plenária do Comité Central e principalmente pela 1ª Conferência Nacional do Partido. Naquela por se ter compreendido a necessidade de aprovar uma Resolução criticando as posições erradas que se vinham a manifestar e apontando referenciais concretos para o desenvolvimento dos debates em moldes leninistas; e na última pelo facto de ter demonstrado elevado grau de maturidade política e ideológica e espírito de Partido, colocando no centro dos debates o confronto e a demarcação de opiniões, não se deixando arrastar por qualquer tentativa que visasse desviá-la desses objectivos.

O 3º Congresso acentua que quatro tipos de posições erradas marcaram todo o processo de debate ideológico no seio do Comité Central e do Partido:

1º. O clima de choques pessoais e exaltações, provocado através das conversas de corredor, dos apartes, criando um ambiente de instabilidade e conflito que objectivamente distorce a discussão, deslocando-a do plano político e ideológico para o das querelas individuais, impedindo que fiquem perfeitamente clarificadas e delimitadas as posições em confronto. Este tipo de posições foi acompanhado pelo denegrir do Comité Central, colectivamente e na pessoa dos seus membros, usando-se a chacota, os insultos e os gracejos impróprios para desestabilizar o centro único do Partido, minar a confiança nele depositada e criar uma corte de adeptos com o propósito de fazer passar posições erradas.

2º. As posições influenciadas pelos restos de amiguismo pequeno-burguês, que criam a incerteza e instalam a falta de discernimento sobre as verdadeiras razões dos problemas e das divergências, resultando ora no obscuramento das posições políticas, ora no levantar de sucessivas dúvidas e incertezas, ou no seguidismo puro e simples, ora na fuga ao debate e no afrouxamento dos laços de disciplina e nas violações do centralismo democrático, expressos no estabelecimento de contactos paralelos e confidências entre velhos companheiros de confiança pessoal. As atitudes passivas, não militantes, reveladas por certos camaradas face à actividade de sapa e à violação das directivas e orientações do Comité Central e do Comité Executivo, perante a violação dos princípios e normas estatutários e perante o fraccionismo, as atitudes "indulgentes", o sentimentalismo pequeno-burguês que dão provas diante dos elementos que lançam ataques à linha e à unidade do Partido, as atitudes tolerantes e conciliadoras face às manifestações estranhas à nossa ideologia proletária, são comportamentos errados que devem ser firmemente combatidos.

3º. As posições de intolerância praticista que encobrem a falta de argumentos políticos e ideológicos e a falta de poder de convencimento face à necessidade de clarificar posições diferentes e mesmo opostas, de os delimitar com plena nitidez — posições estas que, revelando relutância e horror às discussões partidárias, causam graves prejuízos ao nosso Partido. A into-

lerância praticista tenta abafar ou subestimar as discussões políticas e ideológicas ou alhear-se delas, encarando-as como factores de divisão; impacienta-se para que sejam tomadas medidas disciplinares sumárias que não passariam de puras medidas administrativas, não compreendendo que a existência de divergências e de contradições constitui uma lei de desenvolvimento do próprio Partido e é reflexo da luta de classes nas fileiras partidárias.

4º. A prática dos consensos como fruto da falta de rigor político e ideológico no trabalho dos organismos dirigentes, do menosprezo pelo desenvolvimento continuado da luta ideológica e da crítica e autocrítica, da ausência de luta firme para passar à aplicação consequente das decisões adoptadas. Os consensos, a que continuamente se recorreu no Comité Central para evitar a demarcação clara de posições, limar as arestas das diferentes posições e encerrar rapidamente os debates, envolveram a maioria das decisões do Comité Central numa neblina difusa. A falta de resoluções claras e concretas correspondeu a uma falta de persistência e de controlo na sua aplicação, provocando a acumulação de factores negativos no trabalho do Comité Central. As orientações do Comité Executivo após a 3ª Reunião Plenária do Comité Central, contrariando na prática a decisão do Comité Central de apoiar a reestruturação da UDP como ampla organização de massas, constituem um exemplo gritante dos efeitos práticos negativos das resoluções tomadas por consenso. Eliminar radicalmente este péssimo estilo de trabalho é condição para elevar todo o trabalho de direcção política e prática.

Estes quatro tipos de posições são radicalmente opostos aos métodos leninistas de discussão. Persistir na sua aplicação conduz inevitavelmente a lutas sem princípios que ameacem seriamente a unidade do Partido. Varrer das nossas fileiras tais métodos e concepções é uma necessidade vital para que se possa processar a luta de ideias, o confronto de opiniões em moldes leninistas, permitindo a clarificação e demarcação de posições, fazendo o Partido dar um novo salto em frente no processo da sua edificação marxista-leninista.

2. As resistências à luta ideológica e o seu abafamento

Ao não compreender a necessidade de uma luta ideológica permanente, como factor decisivo para a clarificação política e o avanço na edificação do Partido, verificaram-se no Comité Central sérias resistências ao desenvolvimento da luta ideológica, chegando-se por vezes ao seu abafamento.

Estas resistências no seio do Comité Central contribuíram decisivamente para o ambiente de consensos criado e para a indefinição política em sectores do Partido. Ao Comité Central competia incentivar e conduzir a luta de ideias sobre as questões polémicas e fazer assentar a acção do Partido em conclusões solidamente fundamentadas, que guiassem todo o colectivo partidário e eliminassem as concepções incorrectas. Era preciso que o Comité Central se esforçasse, primeiro que tudo, por clarificar as suas próprias ideias

nos pontos em que havia discordância e por unificar a sua intervenção, levando a todos os organismos sem excepção a luta ideológica sobre as questões fundamentais para unificar as ideias e a intervenção do Partido. Por outro lado, a falta de um clima propício ao desenvolvimento normal das discussões políticas, motivado por tendências praticistas, impediu que se fizesse um correcto acompanhamento sobre a evolução da situação nacional e as suas perspectivas de desenvolvimento. A subestimação das discussões no seio do Comité Central traduziu-se também na forma simplista como foram encarados os problemas que se vinham colocando à actividade partidária, procurando a sua solução na recusa pura e simples ao combate a todo o tipo de ideias e práticas erradas que começavam a proliferar no Partido.

A ausência de uma política continuada de crítica e autocrítica, o isolamento a que se votou o Comité Central, não ouvindo as justas críticas e sugestões vindas do Partido e em especial dos Comités Regionais, a falta de auscultação das ideias e da generalização das experiências do colectivo partidário, a não explicação clara e convincente das mudanças operadas, tudo isto provocou no Partido uma certa desorientação e confusão, causou grandes prejuízos ao Partido, não devendo jamais voltar a ser repetidos.

3. O início e desenvolvimento da polémica

A ausência de resposta por parte do Comité Central aos problemas políticos e partidários esteve na origem do surgimento no seu seio de alguns fenómenos negativos que pouco a pouco foram gerando sintomas de crise com reflexos altamente negativos nas nossas fileiras. O Comité Central começou a ver-se confrontado com as justas críticas e exigências dos quadros e militantes do Partido, não lhes dando resposta satisfatória e em tempo oportuno. Esta situação foi aproveitada por elementos direitistas, os quais começaram a criar um ambiente de desestabilização no seio do Comité Central e a apresentar soluções oportunistas de direita em total oposição à linha política revolucionária do Partido. Neste contexto, efectuou-se a 6ª Reunião Plenária do Comité Central.

Respondendo correctamente aos principais argumentos que vinham sendo apresentados pelos elementos direitistas, a Resolução aprovada nesta Reunião Plenária deixa no entanto sem resposta muitos problemas reais que se vinham colocando ao colectivo partidário.

A situação do Comité Central e do Partido exigiam o início dum balanço aprofundado dos erros cometidos e o combate enérgico aos contrabandos oportunistas que, procurando explorá-los e exagerá-los, buscavam ganhar terreno. Simultaneamente foram chegando às mãos do Comité Central alguns documentos de contestação direitista da linha do Partido e no Comité Central surgiu uma plataforma política oportunista de direita apresentada por Moreira. O Comité Executivo, em vez de se preocupar com tais problemas, de os analisar e de atacar o mal pela raiz, actuou exactamente ao contrário:

guardou os documentos, não actuou nos sectores do Partido mais descontentes com os erros de direcção e nos poucos sectores vulneráveis às ideias direitistas, deixando deste modo propagar a doença que acabou por contaminar partes de alguns Regionais, como foi o caso do CR "Outubro". A desorientação política e ideológica desenvolveu-se, começando a verificar-se certa diluição da disciplina partidária. Neste ambiente alguns elementos retomaram os contactos com os amigos dos antigos grupos e começaram a levantar todo o tipo de dúvidas e interrogações.

A elaboração da resposta às posições direitistas de Moreira deu início a um intenso debate. Começaram a delinear-se dois tipos de posições que se mantiveram por um longo período: a **primeira** encarava a resposta aos ataques oportunistas à linha do Partido como secundária, colocando o acento tónico na necessidade de proceder urgentemente a um balanço de actividade do Partido e de apresentar a carta de J. Moreira como um dos mais importantes contributos para esse balanço, não a considerando como uma linha táctica diametralmente oposta à linha táctica aprovada no 2º Congresso; a **segunda** considerava necessário em primeiro lugar clarificar e demarcar posições e responder aos ataques oportunistas, condição essencial para se poder iniciar um balanço sério.

Mostrou-se correcta a posição de defender o Partido dos ataques oportunistas, percebendo-se, como a situação já demonstrava ser necessário, que estavam em confronto duas análises e duas linhas tácticas opostas face à situação nacional. Simultaneamente, viu-se a necessidade de pôr a nu as posições de Moreira que eram nitidamente oportunistas de direita, capitulacionistas e pró-revisionistas. Subestimou-se no entanto a necessidade de iniciar rapidamente um balanço de actividade autocrítico do Comité Central, de forma a detectar a origem dos males, impedir o agravamento da situação e a proliferação de posições oportunistas.

Nos debates realizados nas comissões de redacção dos projectos de Resolução da 8ª Reunião Plenária do Comité Central e também no seio do Comité Executivo bem como durante aquela reunião, procurou-se responder a três questões essenciais:

- combater as posições oportunistas de direita contidas na carta de Moreira;

- apresentar uma flexão táctica para a conjuntura, capaz de mobilizar o colectivo partidário para a acção política de massas em resposta à grave situação política que se vivia em Portugal;

- melhorar a intervenção do Partido no movimento operário, elaborando a táctica e as tarefas sindicais do Partido com base na experiência já acumulada.

Como fruto do debate realizado ao longo de várias sessões, na reunião do Comité Central foram dados passos significativos na concretização destes três objectivos. Muito fracos foram, porém, os efeitos no Partido das importantes conclusões desta reunião do Comité Central. O manifesto do Comité

Central e a tática sindical não surtiram os efeitos necessários na mobilização do Partido para a acção de massas, não porque este se encontrasse numa situação difícil mas principalmente porque o Comité Executivo e o Comité Central não souberam dar ao colectivo partidário uma efectiva direcção política, não criando assim as condições para a realização de debates profundos e para a solução dos problemas candentes que o colectivo partidário e a situação nacional exigiam.

O 3º Congresso destaca porém que a resolução da 8ª Reunião Plenária do Comité Central em resposta à carta de Ricardo, constitui um ponto de referência e de apoio precioso para todo o colectivo partidário na luta ideológica e política que se veio a desenrolar posteriormente no período da 1ª Conferência Nacional e do Congresso.

Os debates realizados na 8ª Reunião Plenária do Comité Central no processo de elaboração da Resolução sobre a carta de J. Moreira abriram o caminho para resolver os problemas existentes. No processo de combate às posições oportunistas verificaram-se no entanto graves erros de responsabilidades exclusivas do Comité Central no seu trabalho de direcção junto aos organismos partidários. Esses erros foram devidos principalmente ao facto de não terem sido dadas respostas políticas e ideológicas, nem ter sido chamada a sua atenção para o perigo do direitismo. Ao mesmo tempo, foram utilizados por alguns membros da maioria do Comité Central, e sobretudo pelos direitistas, métodos de luta ideológica incorrectos, antileninistas, dando lugar frequentemente a uma luta sem princípios.

Intensificaram-se simultaneamente violações da disciplina partidária e contactos fraccionistas. Face a esta situação anormal o Comité Central na sua 8ª Reunião Plenária aprovou a Resolução sobre métodos de discussão leninistas a serem seguidos nos debates, aplicou sanções aos seus membros que haviam violado os estatutos do Partido e decidiu não levar a discussão ao colectivo partidário enquanto não fosse elaborado um documento de balanço autocrítico da actividade do Comité Central, para ser levado à 1ª Conferência Nacional do Partido e para servir de base de discussão no processo de realização do 3º Congresso.

Com as medidas adoptadas na 8ª Reunião Plenária o Comité Central pretendia, em primeiro lugar, vencer certo amorfismo que se estava a instalar nas fileiras partidárias e relançar o Partido na acção, apoiado na alternativa tática de conjuntura e na tática sindical. Procurava-se assim evitar que o Partido se virasse para dentro de si mesmo e que se agudisassem os factores negativos existentes. No entanto, no Comité Central existiam inúmeras dúvidas sobre este caminho que parecia contraditório com o processo de luta iniciado contra o oportunismo de direita. Esta falta de convicção gerou uma apatia generalizada no seio do Comité Central e do Comité Executivo, que se traduziu numa conciliação permanente. Não foi feito nenhum esforço para levar à prática as Resoluções do Comité Central, não se tomaram medidas

significativas para intervir nos sectores onde existiam indicadores de trabalho fraccionista, nem naqueles em que havia dúvidas sobre a linha do Partido, permitindo-se que continuassem a verificar-se quebras de disciplina partidária e violações do centralismo democrático por parte de alguns elementos mais comprometidos com posições direitistas.

A decisão do Comité Central de não fazer descer ao Partido a luta de opiniões que se travava no seu seio, deu origem a um clima generalizado de expectativa face à 1ª Conferência Nacional e ao 3º Congresso.

No entanto, o agravamento da situação partidária exigia a adopção de medidas firmes e profundas mesmo antes da Conferência e do Congresso e exigia uma direcção política actuando de forma firme e hábil. Na 10ª Reunião Plenária do Comité Central propôs-se a descida da Resolução da 8ª Reunião Plenária, dado que os elementos divergentes andavam a divulgar as suas posições em vastos sectores do Partido e a iniciar um insidioso trabalho fraccionista. Propôs-se a legalização de mais camaradas do Comité Central e a cooptação de alguns camaradas capazes de reforçar o trabalho de direcção e capazes de melhorar a intervenção política do Comité Central junto do colectivo partidário e face à situação política nacional. Tais propostas acabaram no entanto por não ser aprovadas, instalando-se um clima de confusão e de conciliação. Foi com a situação a agravar-se dia após dia que se chegou à Conferência Nacional do Partido, injustificadamente adiada de forma sucessiva pelo Comité Executivo e pelo Comité Central.

Há camaradas que procuram reduzir o balanço deste período, e até atribuir um papel determinante para a situação a que se chegou, à simples questão da correcção de ter ou não descido a Resolução da 8ª Reunião Plenária do Comité Central. Esta forma de encarar os problemas é demasiado simplista e linear para que se possam retirar conclusões acertadas. É necessário salientar:

Primeiro — É uma concepção errada pensar que todas as discussões travadas no seio do Comité Central devem **no imediato** ser levadas a todo o Partido. Essa medida depende dos problemas que estão em debate, do seu grau de amadurecimento, podendo mesmo haver problemas cuja discussão seja necessário não sair do próprio âmbito do Comité Central.

Segundo — O agravamento da situação após a 8ª Reunião Plenária deveu-se fundamentalmente à falta de convicção no caminho a seguir, ao ambiente de consenso no Comité Central, à não aplicação de nenhuma das medidas decididas, ficando na expectativa face à Conferência Nacional e ao Congresso para resolver os problemas.

Terceiro — Mostrou-se insuficiente a decisão tomada, pois não se teve em atenção que o Comité Central já não se encontrava em condições de por si só agarrar nas mãos a aplicação dessas decisões tomadas, travar uma batalha em torno da alternativa política e da tática sindical aprovadas, preparando-o para o combate político e ideológico às posições oportunistas. A crise já

existente no Comité Central só poderia ser ultrapassada com o chamamento do Partido a uma intervenção directa e imediata na solução dos problemas que se avolumavam. Esta subestimação pelo colectivo partidário agravou a crise do Comité Central levando-o a uma situação de apatia face à necessidade de solução de graves problemas existentes.

Ao longo de todo este processo o Comité Central deu no entanto alguns passos em frente. O balanço autocrítico da sua actividade apresentado ao 3º Congresso, apesar de ter sido ainda insuficiente, resultou da recolha e sistematização parcial das lições da experiência vivida, com o objectivo de armar o colectivo partidário para as batalhas que se avizinham. Justamente por isso teve de ser reformulado e aprofundado pelo 3º Congresso, com base no pensamento e na vontade colectivos dos seus delegados, expressos democraticamente e reflectindo o legítimo anseio de todo o colectivo partidário para vencer as falhas e erros verificados e abrir um novo curso bolchevique, garantia de maiores êxitos na nossa actividade revolucionária.

No início dos debates no Comité Central, perante os ataques dos direitosistas à linha revolucionária do Partido, verificou-se da parte da maioria do Comité Central, e em especial de alguns camaradas, uma única preocupação — a defesa da linha do Partido dos ataques de Ricardo e Cia. Esta defesa, porém, foi feita de maneira rígida e sem a preocupação de resolver os problemas que eram colocados pelo colectivo partidário e as exigências que se apresentavam ao Partido como vanguarda revolucionária do povo português. Procurou-se iludir os debates, o confronto e a demarcação de posições, o trabalho necessário de aprofundamento da linha e de busca de argumentos para responder às questões levantadas.

A rejeição pura e simples da discussão sobre a política de frente única, negando qualquer necessidade de aprofundamento da nossa tática no sentido de actuarmos com novos procedimentos face às massas enganadas pelos revisionistas; a forma simplista como foi encarado o governo do 25 de Abril do povo, espelham resistências verificadas que têm vindo a ser ultrapassadas e que hoje devem ser totalmente eliminadas. Não existiu no Comité Central a perspectiva de combater as posições erradas, oportunistas de direita e simultaneamente corrigir e melhorar em todos os aspectos a nossa actividade revolucionária.

A lição que o 3º Congresso retira destes acontecimentos é a seguinte: somente os camaradas armados da ideologia proletária e que dominam criadoramente a linha revolucionária do Partido podem ter a capacidade suficiente para saber demarcar claramente o certo e o errado, as posições revolucionárias das posições direitosistas ou esquerdistas, apoiados firmemente nos métodos leninistas de discussão e de luta de ideias.

4. A importância da Conferência Nacional do Partido

O 3º Congresso chama a atenção de todo o Partido para a compreensão

da grande importância da 1ª Conferência Nacional. Ela veio demonstrar o elevado grau de maturidade política e espírito de Partido do núcleo fundamental dos quadros proletários.

Comprovou-se assim inteiramente justa a posição de realizar esta Conferência como fase preparatória do Congresso. O seu sucessivo adiamento atrasou no entanto a auscultação necessária do colectivo partidário, a qual se tornava urgente.

A 1ª Conferência Nacional respondeu de forma cabal a duas questões essenciais que marcaram todo o processo preparatório do Congresso. Por um lado, o profundo e rico debate aí travado permitiu clarificar e demarcar posições, combatendo de forma enérgica as posições direitosistas e capituladoras, reduzindo-as à sua verdadeira dimensão, atacando simultaneamente tanto as tentativas para ofuscar essa demarcação como os erros cometidos pelo Comité Central e que tinham levado o Partido a uma situação difícil. Por outro lado, recolocou no seu devido lugar os métodos leninistas de discussão aprovados na 8ª Reunião do Comité Central. As tentativas para criar confusão, choques pessoais e instalar a intolerância cega e sem argumentos foram totalmente derrotadas na Conferência. O núcleo de quadros aí representado teve o papel determinante na defesa da linha revolucionária do Partido, no combate ao oportunismo e aos erros que permitiram o seu alastramento. Esta maturidade política e ideológica e esse espírito de Partido constituíram a mais séria e profunda crítica à actividade do Comité Central, à sua falta de confiança no colectivo partidário e ao abafamento das suas justas críticas e sugestões. Estas foram as lições mais importantes que se podem retirar da 1ª Conferência Nacional, marco principal no processo de realização do Congresso.

5. A corrente direitosista e fraccionista e o demissionismo "reunificador"

O 3º Congresso considera que a permanência de concepções direitosistas no seio do Comité Central, a ausência de um combate sério às suas manifestações, a prática dos consensos, utilizados durante largo tempo no desejo de conciliar ideias opostas acerca de problemas políticos e ideológicos de importância decisiva para a vida do PCP(R), conduziram ao progressivo desenvolvimento e cristalização de uma tendência oportunista de direita. Manifestando-se em primeiro lugar na defesa de pontos de vista direitosistas no terreno da estratégia, assumindo posições chauvinistas face à Albânia socialista e ao movimento comunista internacional, vieram posteriormente a cristalizar-se em torno de um corpo de propostas táticas direitosistas, capituladoras e pró-revisionistas que pretenderam impor ao Partido em substituição da linha tática revolucionária da via do 25 de Abril do povo definida no 2º Congresso. Colocando-se ao nível geral do movimento de massas espontâneo,

reduzindo as tarefas dos comunistas às respostas imediatistas e falhas de perspectivas revolucionárias aos problemas do movimento operário e popular, propondo o abandono das bandeiras revolucionárias de luta, a extinção da UDP e uma política de acordos sem princípios com os chefes revisionistas, esta tendência oportunista de direita cristalizada veio depois a evoluir no sentido da formação de uma corrente direitista apoiada em elementos insustentáveis de origem social pequeno-burguesa e noutros pouco firmes política e ideologicamente, os quais são por isso vulneráveis à pressão burguesa e revisionista. Apoiando-se em manifestações direitistas que vinham ganhando terreno num ou noutro sector do Partido, esta corrente oportunista veio a evoluir para o fraccionismo e para a actividade aberta e publicamente anti-Partido.

Ao deparar-se com um conjunto de práticas e dados irrefutáveis e da máxima gravidade, comprovatórios do desenvolvimento de ampla e continuada actividade fraccionista e provocatória, o 3º Congresso considera que o Comité Central se viu na contingência de tomar medidas firmes na defesa do Partido. Já então apareciam claros os propósitos insidiosos de provocar divisões no Partido e de tentar desintegrá-lo como força de vanguarda revolucionária marxista-leninista do proletariado, como se isso fosse possível! Assim o Comité Central viu-se obrigado a recorrer durante a sua 15ª Reunião Plenária (Ampliada) à medida extrema de expulsão de João Moreira (Ricardo), F. Pinto (Saraiva), J. Azevedo (Victor) e A. Veríssimo (Calado). É preciso destacar, porém, que esta medida foi tomada após os sucessivos avisos e apelos que lhes foram feitos em várias reuniões plenárias do Comité Central, a partir da sua 8ª Reunião, em sucessivas conversas individuais e principalmente pelo plenário da 1ª Conferência Nacional do Partido.

O 3º Congresso declara porém a todo o colectivo partidário que estas medidas disciplinares adoptadas pelo Comité Central devem ser encaradas como excepcionais. Deve-se ter sempre em atenção três questões fundamentais:

1. Num processo de luta de opiniões e no caso em que surjam divergências, deve ser intransigentemente assegurada a unidade e a disciplina do Partido, a submissão do membro do Partido à sua organização e da minoria à maioria, a submissão dos organismos inferiores aos superiores e do conjunto do Partido ao Comité Central; no entanto é indispensável que se verifique também o respeito pelo direito do membro do Partido, assegurado nos estatutos: **manter as suas opiniões sobre as questões em debate e defendê-las no seu organismo mesmo que não sejam aceites pela maioria, podendo apelar para todos os organismos superiores do Partido, sem deixar de acatar e aplicar incondicionalmente as decisões da maioria.**

2. Face ao aparecimento de actividade fraccionista tudo deve ser feito para isolar politicamente os seus mentores, impossibilitando-os de arrastarem camaradas ideologicamente imaturos e com fraco referencial de classe e de

Partido, a fim de que seja completamente compreendida a medida extrema de expulsão de tais elementos das fileiras partidárias.

3. Num processo de Congresso e diante de elementos comprovadamente fraccionistas a atitude a adoptar reside em isolá-los politicamente nos escalões partidários a que pertencem, adoptando as medidas correspondentes à gravidade da infracção, mesmo quando em presença de membros efectivos e suplentes do Comité Central, devendo, neste último caso, serem ratificadas pelo Congresso.

O 3º Congresso constata com base em dados irrefutáveis que alguns elementos, ao longo da polémica dentro do Comité Central, foram assumindo posições intermédias entre as posições revolucionárias e as posições oportunistas, tentando estabelecer uma solução que agradasse a ambas as partes. Estes elementos serviram objectivamente ao longo dos debates no Comité Central, na 1ª Conferência Nacional e durante o período de preparação do Congresso, de cobertura para os ataques dirigidos pelos fraccionistas, lançando a vacilação dentro do Partido, cobrindo os ataques à sua unidade, dando-lhes assim margem de manobra que por si só os fraccionistas eram incapazes de obter. Não só os laços amiguistas e grupistas mas principalmente as vacilações ideológicas e o fraco referencial de Partido estavam na origem da vacilação destes elementos, fazendo-os evoluir progressivamente para os braços dos fraccionistas e aparecer a agir lado a lado com estes, e de forma concertada, na sua fase final dentro do Partido. Após a expulsão dos fraccionistas estes elementos centristas estimularam e dirigiram um plano organizado de demissões e de ataques públicos através da imprensa burguesa e revisionista contra o Partido. Formaram uma espécie de "Santa Aliança" com elementos fraccionistas e com antigos caciques dos grupos que, numa atitude revanchista, se lhes vieram juntar, com o único propósito de golpear a unidade do Partido, a qual, para os verdadeiros proletários revolucionários marxistas-leninistas, deve ser preservada como a menina dos nossos olhos.

O 3º Congresso constata que a desorientação provocada em alguns militantes, principalmente pelos erros cometidos pelo Comité Central e a sua ardilosa exploração por parte dos fraccionistas, com o objectivo de desprestigiar e desestabilizar o Comité Central e de tentar golpear a unidade do Partido, criaram um clima favorável às interpretações direitistas daqueles erros dadas pelos fraccionistas. Este facto criou condições para que se tornassem emocionalmente vulneráveis aos apelos demissionistas lançados pelos chefes fraccionistas e pelos elementos centristas após a 15ª Reunião Plenária do Comité Central.

O 3º Congresso determina a todo o Partido que tenha presente que por estes motivos foram arrastados na onda demissionista militantes que tinham justas razões de descontentamento. É imprescindível separar claramente os chefes fraccionistas e os caciques dos grupos dos militantes que momentaneamente foram arrastados por uma atitude emocional. O colectivo partidário tem o dever de desenvolver uma actividade paciente no sentido de esclarecer

esses militantes do errado caminho que seguiram e procurar recuperá-los na medida do possível para o Partido, ao mesmo tempo que deve ser mantida uma posição firme de combate sem tréguas e de desmascaramento total dos fraccionistas Moreira e Cia.

O 3º Congresso constata que apesar dos principais elementos fraccionistas terem sido expulsos ou afastados e de terem arrastado consigo a quase totalidade dos defensores das suas teses, persistem no entanto nas fileiras partidárias ideias mais ou menos semelhantes às suas. Tais ideias devem ser pacientemente criticadas de forma persuasiva e com argumentos convincentes, a fim dos camaradas por elas afectados compreenderem a necessidade de uma autocrítica honesta na prática. É preciso que tais ideias sejam totalmente extirpadas das fileiras partidárias, pois tendem a causar prejuízos à actividade revolucionária do nosso Partido. Mas igualmente é preciso que todo o membro do Partido, militante ou dirigente, tenha consciência, como nos ensina o camarada Enver Hoxha, que não se pode combater com êxito o oportunismo se não se combater simultaneamente o sectarismo, nem tão-pouco lutar contra o sectarismo sem lutar contra o oportunismo. Para além disso, é indispensável que este combate e esta luta não sejam travados em formas estreitas e apenas a partir de cima mas em ligação estreita com o colectivo partidário, mobilizando-o e estimulando a sua ampla participação. É nesta via que se eleva o nível político e ideológico dos dirigentes e militantes do Partido e que se reforça e se tempera a unidade e a disciplina partidárias.

O 3º Congresso constata ainda que se verifica um facto por si só bastante revelador: **os elementos fraccionistas estão a utilizar os conciliadores "centristas" como tropa de choque visando exercer pressão sobre o Partido e lançar para o seu interior as suas teses.** Todo o Partido se deve manter vigilante a este respeito, prosseguir firmemente na sua batalha na frente externa com vistas ao isolamento do trabalho insidioso de tais elementos, dando-lhes firme combate político e ideológico, onde quer que se manifestem, até à sua derrota total, apoiando-se para tal nos justos ensinamentos das Resoluções do 3º Congresso.

O 3º Congresso chama todo o colectivo partidário, todos os seus militantes e dirigentes a seguirem a seguinte linha de conduta: **nenhuma tolerância poderá existir face ao trabalho provocador dos fraccionistas. Tão-pouco deverá haver qualquer atitude conciliadora face ao trabalho insidioso dos chefes demissionistas, com a sua hipócrita e demagógica máscara "reunificadora".** Esta linha de conduta é a única capaz de defender os superiores interesses do Partido. Ela corresponde integralmente a um dos principais deveres de todo o membro do Partido: **lutar para que a direcção do Partido a todos os níveis se mantenha sempre nas mãos de proletários revolucionários marxistas-leninistas de fidelidade e abnegação sem limites e a toda a prova à causa do Partido, da classe operária, da revolução, da ditadura do proletariado, do socialismo e do comunismo.**

6. As principais lições a tirar do processo de realização do Congresso

Os ricos e profundos debates travados em ambiente franco e democrático no processo de preparação do 3º Congresso, na Tribuna do Congresso, nas Assembleias de células, nas Conferências de Empresa e Regionais, constituem um processo de luta ideológica interna como nunca tinha havido no nosso Partido. São completamente erradas e revelam entranhados vícios praticistas e espontaneístas as ideias que pretendem diminuir a grande envergadura das lições positivas que se retiram deste processo e a clareza e a vitalidade que vieram transmitir ao colectivo partidário. Estas lições são tanto mais importantes na medida em que nos deram a possibilidade de remover velhos hábitos e conceitos herdados dos grupos, instituindo métodos de discussão leninistas e rasgando ao Partido novos horizontes com vistas à sua afirmação como vanguarda revolucionária do proletariado português. As falhas e erros verificados no processo de debate são da responsabilidade do Comité Central. Verificou-se certa falta de orientação dos debates. As Tribunas do Congresso com posições polémicas foram lançadas para o Partido simultaneamente com os projectos de Resoluções apresentados pelo Comité Central, o que contribuiu para desviar em parte as atenções do Partido desses projectos. A intervenção dos membros do Comité Central na Tribuna do Congresso em defesa dos projectos de Resolução foi insuficiente, tendo alguns camaradas assumido injustificadamente uma atitude abstencionista ao longo da polémica. Para além disso, na Tribuna do Congresso e ao longo dos debates as intervenções da maioria dos membros do Comité Central foram desviadas da autocrítica profunda exigida pela 1ª Conferência Nacional e pelo colectivo partidário em todos os escalões, o que dificultou a elaboração da presente Resolução e a compreensão por parte dos militantes do Partido das razões que originaram as actuais dificuldades partidárias. Esta resistência à autocrítica por parte de alguns camaradas do Comité Central dificultou o combate às ideias direitistas e o seu isolamento, já que os seus mentores se aproveitavam continuamente do descontentamento e desconfiança existentes no Partido.

Estes males foram sendo a pouco e pouco superados durante o processo de realização do Congresso, o que possibilitou ao organismo supremo do Partido, com base numa aberta e profunda crítica e autocrítica dos erros e falhas verificados, dar um salto qualitativo e definir as justas orientações e tarefas para abrir uma nova fase na vida partidária sob a direcção do novo Comité Central.

V

ABRIR UM NOVO CURSO BOLCHEVIQUE EM TODA A ACTIVIDADE PARTIDÁRIA

O 3º Congresso declara a todo o colectivo partidário que os debates nas suas sessões plenárias foram francos e fraternais, tiveram a fecundidade de um processo responsável de crítica dos delegados e de autocritica do Comité Central. Através do confronto e demarcação de ideias, da rejeição da prática dos consensos conciliadores, da sistematização das lições extraídas da experiência acumulada afirmaram-se claramente as posições proletárias revolucionárias marxistas-leninistas, materializando-se os debates no reforço do nosso espírito de Partido e na maior unidade política, ideológica e organizativa das nossas fileiras.

O reconhecimento dos erros cometidos não é sinal de fraqueza, mas sim de vitalidade do PCP(R). Não é sinal de cedência perante o oportunismo, mas sim de decisão de tapar todas as brechas por onde o oportunismo possa penetrar no campo partidário. Não é sinal de falta de firmeza, mas sim de espírito de responsabilidade para com o colectivo partidário e de prestação de contas à classe em que temos origem. Lénine dizia que o Partido é invencível se não teme a crítica e a autocritica, se não esconde os erros, se não ilude a verdade. E afirmava: *"todos os partidos revolucionários que até agora falharam, fizeram-no porque se deixaram arrastar pela presunção, não souberam ver o que fazia a sua força, e também temeram falar das suas fraquezas. Mas nós não falharemos, porque não tememos falar das nossas fraquezas, porque aprendemos a superá-las"*.

Que é preciso para superar de facto as falhas e erros do Comité Central, que tiveram reflexos altamente negativos em todo o Partido, e para impedir que se repitam sob formas diferentes e matizes mais subtis? O 3º Congresso declara a todo o colectivo partidário que é preciso adoptar esta justa e clara linha de orientação na actividade do Comité Central, dos órgãos dirigentes intermédios e das células e na actividade de todo o Partido: **Abrir um novo curso bolchevique em toda a actividade partidária e assegurá-lo de forma**

ininterrupta e consequente, proletária e revolucionária, marxista-leninista. Abrir e assegurar este novo curso bolchevique não só nas palavras mas principalmente nos actos. E como fazê-lo?

O 3º Congresso define a seguinte linha de conduta de agora em diante e cada vez mais para a actividade do Comité Central e de todo o colectivo partidário:

1º. Desenvolver sempre e cada vez mais a crítica e a autocrítica eficazes e construtivas, estimular mais e mais a crítica de baixo para cima, ter a coragem de mostrar à luz do dia com toda a clareza as faltas e erros cometidos pelos organismos dirigentes e por todos os comunistas, denunciar as insuficiências no trabalho partidário.

Há que transformar estas orientações em tarefas permanentes de primeira ordem em todos os escalões do Partido, do Comité Central às células. Não podemos esquecer jamais os prejuízos provocados pelas falhas e erros cometidos pelo Comité Central nem as causas que os geraram. Tendo a noção exacta do que isto significou para a actividade do Comité Central e de todo o colectivo partidário, é preciso armarmo-nos com estes ensinamentos e fazer deles um precioso instrumento de esclarecimento político e ideológico aprofundado, o que nos dá maiores possibilidades de seguir consciente e firmemente o novo curso bolchevique na actividade de todo o Partido. De uma vez por todas libertemo-nos, no Partido e em todos os domínios da nossa vida de militantes comunistas, do hábito nocivo de não apontar concretamente os erros com receio de descontentar este ou aquele camarada ou de nos criar aborrecimentos. Os interesses do nosso Partido devem ser mantidos sempre acima das considerações pessoais e dos preconceitos pequeno-burgueses. O camarada Dimitrov disse certa vez com inteira razão: *"Nunca devemos esquecer-nos de que a maior sabedoria do comunista está em reconhecer a tempo e de uma maneira honesta e sincera os erros cometidos, em tomar consciência deles, em apontar as suas causas e em estar firmemente disposto a eliminá-los rápida e implacavelmente"*. É preciso ter presente portanto esta norma de conduta na nossa actividade: a crítica e a autocrítica devem tornar-se a força motriz da elevação permanente do nível do trabalho de direcção em todos os escalões partidários, a força motriz do desenvolvimento ininterrupto de todo o nosso Partido.

2º. Fazer vigorar de agora por diante no nosso Partido em toda a sua plenitude os princípios e normas que regem a vida do PCP(R) como vanguarda revolucionária marxista-leninista do proletariado. Acima de tudo, isto significa aplicar correctamente o centralismo democrático, combatendo e eliminando as distorções que se verifiquem na prática, seja do ultracentralismo atroficante, seja do ultrademocratismo dissolvente e desagregador. Para além disso é preciso elevar o construtivo espírito de Partido em contraposição ao corrosivo espírito de grupo pequeno-burguês. Como Partido de acção política e revolucionária de massas, o PCP(R) precisa reforçar a disciplina consciente mas férrea, precisa estreitar igualmente a sua unidade de

ação no plano ideológico e no plano político e organizativo e em torno do Comité Central. A fiel aplicação revolucionária dos princípios e normas de edificação do nosso Partido, como partido de tipo leninista, desempenha um papel decisivo na aplicação da linha do Partido. A correcta linha política e ideológica do Partido e a sua sólida organização sob bases marxistas-leninistas e apoiada nos centros nevrálgicos da luta de classes constituirão sempre a força invencível do PCP(R).

3º. Implantar definitivamente a obrigatoriedade da prática da direcção colectiva no Comité Central e em todos os órgãos dirigentes do nosso Partido. Ao praticarmos este princípio em todas as discussões e decisões dos problemas que se colocam ao Partido é preciso compreendermos que o que deve prevalecer sempre são as ideias e práticas que se elaboram colectivamente e não a vontade e o desejo individuais de quem quer que seja. Antes de mais é preciso rejeitar os desejos de afirmação pessoal e assegurar sempre a troca de opiniões, o confronto, a clarificação e a demarcação de ideias de forma fraternal, livre e franca onde não haja qualquer brecha para imposições e intolerâncias, mas sim um ambiente salutar de entre-ajuda, de consulta e confiança recíprocas.

4º. Instalar definitivamente no Comité Central e nos órgãos de direcção intermédios a prática salutar e frutuosa de consultar e ouvir permanentemente o colectivo partidário e de aprender com ele de forma continuada. Dirigir com justeza é saber ajudar fraternalmente os camaradas, com argumentos sólidos e convincentes e com exemplos vivos e esclarecedores, a compreenderem as posições políticas e ideológicas do Partido, mas é também saber recolher a prática revolucionária dos vários escalões partidários e transformá-la em património de todo o Partido. Dirigir é saber consultar e ouvir o colectivo partidário de forma permanente, mas é também saber aprender continuamente com ele, estimulando o que é certo e chamando a atenção para o que é errado sempre de forma camarada.

5º. Realizar o controlo sistemático e permanente do trabalho a empreender, das decisões e tarefas a executar, estimulando ao mesmo tempo o máximo de capacidade de iniciativa e de espírito de responsabilidade. O controlo só será eficaz se tiver por base o planeamento da actividade da direcção e do Partido em todos os seus aspectos, a fim de se poder fazer um acompanhamento continuado e vigilante e ser possível mantermo-nos constantemente ao corrente da marcha do trabalho, corrigir as deficiências e erros mal estes se manifestem, recolher e generalizar as experiências positivas e negativas e prever com segurança os resultados a alcançar. Mas todo o controlo deve estar indissoluvelmente associado ao estímulo do desenvolvimento da capacidade de iniciativa e da elevação do espírito de responsabilidade, pois um e outro destes componentes do trabalho da direcção e do Partido criam sempre as melhores condições para serem enfrentados com êxito os problemas existentes e as tarefas a executar.

6º. **Contar com quadros partidários convictamente dispostos a imprimir no Comité Central e em todo o colectivo partidário um novo curso bolchevique na actividade revolucionária.** Estes quadros devem ser revolucionarizados e proletarizados, imbuídos de vigor e dinamismo, cheios de espírito revolucionário, de iniciativa e de audácia, com aptidões práticas e capacidade de realização, tendo sempre a coragem de assumir a responsabilidade pelo seu trabalho, pelas decisões a tomar e pelas tarefas a cumprir. Estes quadros devem saber apoiar-se no colectivo de direcção e no colectivo partidário, saber auscultar as aspirações das massas e ter sensibilidade e argúcia políticas. Estes quadros devem ser vigilantes no sentido de a direcção do Partido a todos os níveis se manter sempre nas mãos de revolucionários proletários marxistas-leninistas de fidelidade e abnegação a toda a prova à causa do Partido, da classe operária, da revolução, da ditadura do proletariado, do socialismo e do comunismo.

7º. **Fazer das células das empresas industriais de mais de 500 operários a espinha dorsal e a estrutura fundamental do Partido.** Estas empresas devem ser as fortalezas inexpugnáveis do nosso Partido e os seus militantes proletários a principal garantia de que o PCP(R) se manterá sempre fiel à classe operária e ao marxismo-leninismo. Apoiados nesta orientação precisamos compreender que é absolutamente indispensável e urgente levar o centro de gravidade do trabalho do Partido para as células e fazer com que estas desempenhem todas as funções de vanguarda que são de atribuição do Partido como vanguarda revolucionária do proletariado.

8º. **Lutar decididamente pela elevação do nível político e ideológico de todos os dirigentes e militantes do Partido.** Esta luta implica fundamentalmente a assimilação criadora da linha revolucionária do Partido e a assimilação criadora do marxismo-leninismo. Implica também o conhecimento científico da realidade portuguesa e a elaboração da resposta aos problemas da revolução portuguesa e do caminho do socialismo em Portugal. Os êxitos que alcançarmos nesta luta reflectir-se-ão directa e positivamente na edificação do PCP(R) e na sua afirmação como autêntica vanguarda marxista-leninista do proletariado português.

9º. **Desenvolver permanentemente a luta ideológica em métodos leninistas para assegurar sempre o espírito duma política e de uma conduta de princípios.** A edificação e a consolidação do nosso Partido, o forjar da sua ténpera bolchevique passam obrigatoriamente pelo desenvolvimento da luta ideológica mas passam também pela implantação definitiva de métodos leninistas para que esta tenha sempre resultados frutuozos. Estes métodos são antagónicos aos consensos, à conciliação, à intolerância praticista e sectária, ao espírito faccioso, à discussão anárquica, à luta sem princípios e aos mexericos. Esses métodos é que permitem clarificar as posições em confronto, demarcar o certo do errado, separar as ideias justas das ideias incorrectas com base em debates francos, responsáveis e fraternais e com base em argumentação política e ideológica convincente e fundamentada, num espírito

aberto e científico, crítico e autocrítico responsável, ponderado e construtivo. Assim e só assim é que se pode garantir o fortalecimento do espírito de Partido, a elevação do vigor proletário e revolucionário, a colocação dos interesses do Partido acima das posições individuais, o reforço da coesão, da disciplina e da unidade.

10º. **Ir às massas com a política no comando para vencer a resistência à linha táctica e indicar a revolução e o socialismo como perspectiva.** Estas três linhas de orientação darão ao nosso Partido novas e maiores possibilidades para extirpar a tradição sectária e espontaneísta, lutar até ao fim contra a corrente direitista e fraccionista, combater as posições direitistas e reforçar a vigilância contra o esquerdismo. Estas três linhas de orientação darão também ao nosso Partido novas e maiores possibilidades para se fortalecer no seio da classe operária e do povo trabalhador e para avançar no processo da sua efectiva bolchevização.

Estas dez linhas de orientação e de conduta, devidamente articuladas, são a garantia segura, sem sombra de dúvida, do novo curso bolchevique na actividade do Comité Central e de todo o colectivo partidário.

O 3º Congresso determina que o novo Comité Central, eleito democraticamente neste Congresso, órgão supremo do Partido e expressão da vontade soberana do colectivo partidário, elabore as directrizes capazes de aglutinar todos os quadros fiéis ao Partido, de forma a estreitar a sua coesão e a mobilizá-los para um trabalho prático, dinâmico e frutífero. Assim e só assim sairá reforçada a unidade verdadeiramente consciente do Partido em bases marxistas-leninistas em torno do novo Comité Central. Assim e só assim o novo curso bolchevique irá reforçar e tornar indissolúveis os laços de unidade entre os militantes e dirigentes, entre os organismos inferiores e superiores, entre o Partido e as massas, irá dar crescente relevo ao papel do PCP(R) na vida política do país.

O 3º Congresso declara:

— O PCP(R) precisa de se afirmar definitivamente e rapidamente como partido de acção política e revolucionária de massas, como partido para a revolução e o socialismo em Portugal.

— O PCP(R) precisa de se afirmar como o partido não só do futuro, mas como o partido que é a inteligência, a dignidade e o vigor revolucionários da classe operária portuguesa, a esperança do nosso povo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I – FALHAS E ERROS NA ACTIVIDADE DO COMITÉ CENTRAL	7
II – O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO E APLICAÇÃO DA LINHA DO II CONGRESSO	15
III – O PROCESSO DE DESDOBRAMENTO E ENRIQUECIMENTO DA LINHA DO II CONGRESSO	29
IV – A LUTA IDEOLÓGICA E OS MÉTODOS LENINISTAS DE DISCUSSÃO	33
V – ABRIR UM NOVO CURSO BOLCHEVIQUE EM TODA A ACTIVIDADE PARTIDÁRIA	47

Composição e Montagem
Coop. Gráfica 25 de Abril - SCARL
Impressão
Grua Artes Gráficas Lda
Calçada dos Barbadinhos
114 A - Lisboa